

CRISE NO SISTEMA

Prefeito trata como 'colapso' situação da saúde em Anápolis



O prefeito Márcio Corrêa (PL) admitiu nesta terça-feira (22), em entrevista à TV Anhanguera, que há um "colapso", como ele próprio classificou, no atendimento de saúde de urgência e emergência em Anápolis. Este, aliás, foi o grande tema dos últimos anos e tratado como prioridade durante a campanha eleitoral de 2024.

Questionado sobre as cenas ainda visíveis de pacientes colocados em macas em corredores de unidades de saúde e relatos de longas esperas por atendimento por parte dos pacientes, Corrêa afirmou que houve melhora, mas reconheceu que os problemas são graves.

"Teve uma melhora, mas longe do que estamos buscando. Temos um colapso da urgência e emergência. A gente tem buscado reestruturar as Unidades Básicas de Saúde, que é a porta de entrada do cidadão (sic). Precisamos dar credibilidade a esse atendimento", afirmou.

Página 3

Xata vai para 5º ano fora da elite e quer fim de decepções

Apesar da história e tradição no futebol goiano, a Associação Atlética Anapolina vai em 2025 para seu quinto ano consecutivo na Divisão de Acesso do Campeonato Goiano. Um time que já foi protagonista quer recuperar este status na nova temporada.

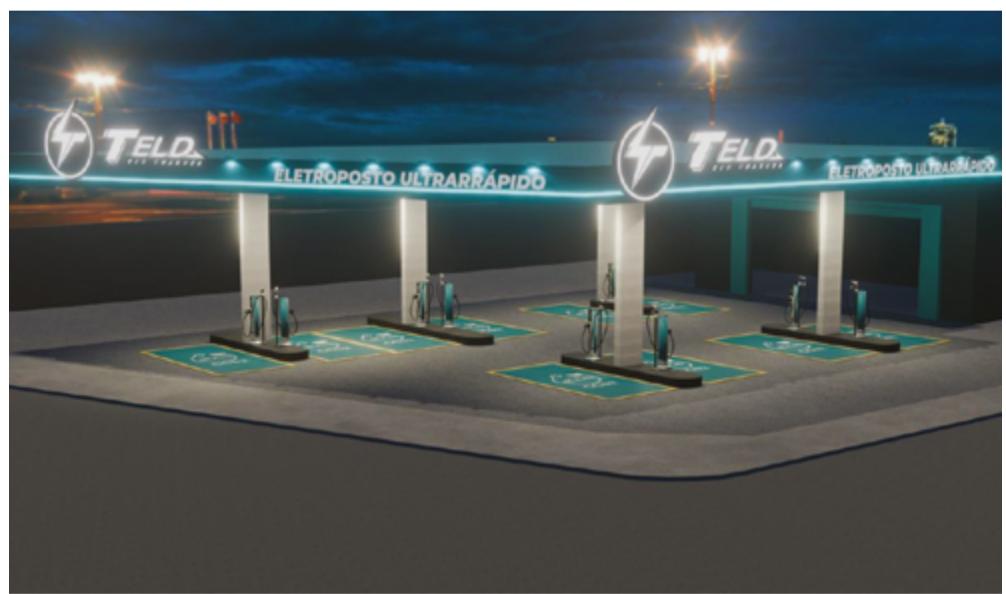
Página 16



Governo anuncia que multinacional chinesa investirá R\$ 100 milhões para se instalar no Daia

A multinacional Teld Eco Charger, da China, vai se instalar em Anápolis. A empresa assinará, nesta semana, protocolo de intenções que consolidará um investimento estimado de R\$ 100 milhões no Daia, de acordo com a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços de Goiás. O titular da pasta, Joel Sant'Anna Braga Filho, embarcou na segunda-feira (21) para Qingdao, na China, para o evento. A Teld é responsável por 42% da produção de carregadores elétricos na China.

Página 13



● Kiryos tem mais de 600 alunos e jogará Taça Brasil 2025
Pg. 16

● Cidade tem curso gratuito de confeitoraria
Pg. 15

Vereador vai apresentar projeto que pune prefeito que inaugurar obras inacabadas
Página 3

Entre em contato com a redação

📞 (62) 3706-9010 redacao@dmanapolis.com.br
Envie seu artigo: dmanapolis.artigo@gmail.com

WWW.DMANAPOLIS.COM.BR



dmanapolis



Governo de Goiás deve investir mais de R\$ 500 milhões para construção de novas unidades escolares, reforma e ampliação de espaços

PRIORIDADE

Governo prevê mais de R\$ 500 milhões em investimentos na Educação em 2025

Com mais de R\$ 1,5 bilhão já aplicados desde 2019, Seduc projeta 170 novas licitações para obras em unidades escolares por todo o estado

REDAÇÃO

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), deve investir mais de R\$ 500 milhões na Educação em 2025. A projeção para este ano inclui a realização de 170 licitações para construção de novas escolas, além de reformas, ampliações e instalação de coberturas em quadras esportivas nas unidades da rede estadual. Desde 2019, o governo já destinou mais de R\$ 1,5 bilhão ao setor, consolidando uma política de modernização da infraestrutura escolar em todos os municípios goianos.

O superintendente de Infraestrutura da Seduc, Gustavo da Veiga Jardim, explica que os novos projetos são planejados com previsão orçamentária definida, garantindo a execução dentro do cronograma. "A atual gestão tem como foco entregar as obras. Não há atraso nos pagamentos das medições, o que agiliza o processo e dá mais segurança às empresas executoras", afirma.

Os projetos são elabora-

dos por uma equipe multi-profissional que avalia cada detalhe técnico e estrutural, assegurando o uso responsável dos recursos públicos e a criação de ambientes escolares mais inclusivos, modernos e acolhedores. A lista de processos licitatórios aptos a receber propostas é atualizada semanalmente e está disponível no portal da Seduc Goiás. (goias.gov.br/educacao).

CELERIDADE

As licitações seguem um modelo ágil e rigoroso, observando todas as normas legais. Cada obra licitada conta com cronograma detalhado e acompanhamento técnico, com foco na eficiência e na entrega de espaços escolares mais bem estruturados para estudantes, professores e colaboradores.

As obras que estão sendo licitadas englobam reformas e ampliações; demolições de escolas de placa e construção de blocos em alvenaria; construção de quadras cobertas e retomadas de obras rescindidas. As ações são realizadas em diversos municípios de Goiás.

painel DM

PRIMEIRO ESCALÃO

Janaína Macedo Coelho entrega o cargo de presidente do ISSA

O primeiro escalão do governo do prefeito Márcio Corrêa (PL) deve sofrer uma nova alteração. A procuradora aposentada Janaína Macedo Coelho entregou o cargo de presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Anápolis (ISSA).

Ela foi nomeada em janeiro para comandar a autarquia e era muito querida pelos servidores do ISSA. Coelho comunicou o prefeito de sua intenção



de deixar o posto ontem. Corrêa tenta convencê-la do contrário para que não haja mais uma troca nos postos mais altos da gestão.

Quinta pasta

Já houve mexidas na Integração, com a saída de Jackeline Macêdo para entrada de Jordana Faria; Obras, Meio Ambiente e Serviços Urbanos, que tem Thiago Sá como substituto interino de Rone Evaldo, que foi para a CMTT após a saída de Leonardo Marra; e ARM, que tem a controladora-geral Camila Cozac como interina desde o fim do mandato de Robson Torres.

Expectativa

O vereador Jakson Charles (PSB) espera para esta semana o envio da proposta de reforma administrativa da Prefeitura. A expectativa era de que o projeto que reorganiza a gestão municipal chegassem à Câmara no início de abril, mas o estado de saúde de Corrêa foi empecilho. Pelo menos quatro novas secretarias devem ser criadas.

Saúde

Em entrevista à TV Anhanguera, o prefeito Márcio Corrêa afirmou que o município tem maior demanda por exames de ultrassonografia. O passivo em janeiro, relatou, eram de 48 mil, e 36 mil foram executados. A promessa no plano de governo era zerar todas as filas em 120 dias. De acordo com ele, boa parte foi zerada.

Previsão

Vereadores experientes preveem dificuldades para colegas como Suender Silva (PL) e José Fernandes (MDB) em eventuais projetos de reeleição. Eles projetam unanimemente que a dupla ficará sem discurso, uma vez que foi crítica ferrenha de problemas estruturais do município que dificilmente deixarão de existir em quatro anos.

Município assinou TAC para zerar filas na educação infantil, revela Corrêa

A Prefeitura de Anápolis assinou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para zerar as filas da educação infantil. O prefeito Márcio Corrêa revelou o acordo com o Ministério Público de Goiás (MPGO) em uma entrevista à TV Anhanguera nesta terça-feira (22).

Segundo ele, 1 mil novas vagas foram abertas através da implementação de salas modulares, e há ainda mais de 3 mil para serem criadas nos próximos anos. No plano de governo, ele se comprometeu a construir 20 CMEIs em quatro anos.



DM Anápolis

O seu jornal diário

Preço das assinaturas
R\$ 49,90 mensal
R\$ 598,80 anual

Vendas Avulsa
Goiás, Tocantins, Distrito
Federal e Mato Grosso
Dias Úteis R\$ 2,50 Domingo R\$ 3,50

DIRETOR GERAL
Rodrigo Tizziani

EDITOR-CHEFE
Rafael Tomazetti

REPORTAGEM
Emilly Viana
Lara Duarte
Janaina Carvalho
Carlos Antônio
Lucivan Machado

DIAGRAMAÇÃO
Sandro Cecílio

EMPRESA EDITORA
T10 Mídia e Comunicação Ltda
Endereço: Rua das Américas, Qd.12, Lt. 01
Jardim Bandeirantes, Anápolis - GO

Deptº Comercial / Redação
(62) 3706-9010
Twitter: @dmanapolis
www.dmanapolis.com.br



Corrêa lembrou que, em janeiro, determinou a abertura – que estava programada – de portas do Hospital Municipal Alfredo Abrahão, que é focado em cirurgias eletivas

ÁREA SENSÍVEL

Márcio Corrêa admite que há “colapso” na saúde

Prefeito afirmou que atendimento de urgência e emergência está desestruturado e cita ações para buscar melhorias

RAFAEL TOMAZETI

O prefeito Márcio Corrêa (PL) admitiu nesta terça-feira (22), em entrevista à TV Anhanguera, que há um “colapso”, como ele próprio classificou, no atendimento de saúde de urgência e emergência em Anápolis. Este, aliás, foi o grande tema dos últimos anos e tratado como prioridade durante a campanha eleitoral de 2024.

Questionado sobre as cenas ainda visíveis de pacientes colocados em macas em corredores de unidades de saúde e relatos de longas esperas por atendimento por parte dos pacientes, Corrêa afirmou que houve melhora, mas reconheceu que os problemas são graves.

“Teve uma melhora, mas longe do que estamos buscando. Temos um colapso da urgência e emergência. A gente tem buscado reestruturar as Unidades Básicas de Saúde, que é a porta de entrada do cidadão (sic). Precisamos dar credibilidade a esse atendimen-

to”, afirmou.

Na sequência, Corrêa lembrou que, em janeiro, determinou a abertura – que estava programada – de portas do Hospital Municipal Alfredo Abrahão, que é focado em cirurgias eletivas. O local, desde então, fez mais de 10 mil atendimentos, segundo ele, numa conta que incluiu pacientes com traumas ou pequenas cirurgias.

“Temos sim um colapso da urgência e emergência, mas lembro que nosso primeiro ato de gestão foi abrir as portas do Alfredo Abrahão. Tínhamos uma única unidade de porta aberta, que era a UPA da Vila Esperança. Abrimos para fazer traumas, lesões. Esses pacientes eram encaminhados para outros municípios”, disse.

Também como uma das primeiras medidas, Corrêa determinou o fechamento da UPA da Mulher Anapolina Jamel Cecílio. À época, a ex-primeira-dama e deputada estadual Vivian Naves (PP), que destinou os recursos para a construção

da unidade, apontou ação política. Corrêa, no entanto, diz que a medida se deu porque não havia “mínimas condições de funcionamento”. Ele citou falta de oxigênio e infraestrutura, sem detalhar qual seria o problema.

A Prefeitura chegou a publicar, em peças publicitárias exibidas, por exemplo, no estádio Jonas Duarte, durante a final do Goianão, que a UPA Central – novo nome para a antiga UPA DA Mulher – seria inaugurada em abril. Agora, porém, há uma nova previsão para o início das atividades, segundo o gestor.

“Estamos finalizando a UPA Central e a retaguarda, que é o (Hospital Municipal) Georges Hajjar. Acredito que no prazo de 40 a 60 dias estamos com essas unidades em funcionamento, diminuindo essa demanda”, disse o prefeito.

Corrêa afirmou ainda que, após essas inaugurações, vai iniciar a reforma da UPA Alair Mafra de Andrade, na Vila Esperança.

Projeto vai prever punição a prefeitos que inaugurem obras inacabadas

Vereador Jakson Charles anunciou, em entrevista ao Painel DM, que protocolará texto na Casa

RAFAEL TOMAZETI

A Câmara Municipal deve receber, ainda esta semana, um Projeto de Lei (PL) que prevê a punição de prefeitos que inaugurem obras inacabadas em Anápolis. Em entrevista ao Painel DM desta terça-feira (22), o vereador Jakson Charles (PSB) anunciou que vai protocolar o texto nos próximos dias.

Segundo ele, o PL, caso vire lei, vai vetar qualquer ato de inauguração sem que a estrutura que é objeto de entrega esteja, de fato, pronta para uso da população. Se o gestor insistir, incorrerá no crime de improbidade administrativa.

Jakson cita que encontrou leis deste tipo em vigor em pelo menos oito municípios do país. Neles, de acordo com o parlamentar, a Justiça garantiu a validade da legislação mesmo após questionamentos de prefeitos que se passaram. “Essa lei pode somar muito em todos os aspectos”, afirmou.

O assunto veio à tona quando o pessebista foi questionado sobre o funcionamento da UPA Central – que era UPA da Mulher até dezembro – e do Hospital Municipal Georges Hajjar. Ele afirmou que ainda faltavam deta-

lhes para que as unidades de saúde pudessem entrar em funcionamento e, no entanto, foram inauguradas pelo então prefeito Roberto Naves (Republicanos).

Segundo ele, “não é uma crítica ao governo passado”, do qual Jakson era líder. “Sou vereador há 12 anos. Vejo isso acontecer ao longo do tempo, de uma obra ser inaugurada e faltando alguma coisa. Isso pode causar transtorno para os planos de um próximo governo”, afirmou.

O projeto vai definir, conforme o vereador, que as obras só possam ser entregues com prédio pronto, equipado e totalmente apto a atender a população. “É exatamente para acabar com essa celeuma e esses questionamentos”, justificou.

Antes de ser fechada, em janeiro, a UPA da Mulher Anapolina Jamel Cecílio realizou 3 mil atendimentos, conforme a Secretaria Municipal de Saúde. A gestão de Márcio Corrêa (PL) alega que não havia estrutura mínima de funcionamento, mas não detalhou o que faltaria para reabri-la. A previsão de reabertura era abril, mas numa entrevista à TV Anhanguera o prefeito protelou-a ao citar um período de “40 a 60 dias”.



Jakson cita que encontrou leis deste tipo em pelo menos oito municípios do país

GESTÃO MUNICIPAL

Vereador aponta falta de diálogo em demolição de estrutura pública

Espaço usado por funcionários da Diretoria de Fiscalização foi derrubado sem definição de alternativa

EMILLY VIANA

A demolição do refeitório e do alojamento utilizados por servidores da Diretoria de Fiscalização e Obras da Prefeitura de Anápolis provocou protestos em virtude da falta de diálogo por parte da gestão. Segundo o vereador Rimet Jules (PT), a medida, que teria sido motivada pela precariedade da estrutura, foi executada sem que houvesse planejamento para a substituição dos espaços.

Em entrevista ao programa Painel DM, o vereador esteve no local na manhã desta terça-feira (22) após receber reclamações dos servidores. De acordo com a denúncia, os trabalhadores não receberam qualquer alternativa para refeições, descanso ou troca de roupas.

Na ocasião, Rimet participou de uma reunião com

os servidores, o presidente do SindiAnápolis, Grattony Gratão, e o diretor da pasta, Wanderson Alves, e relatou tensão entre as partes. De acordo com ele, a explicação apresentada foi a de que a estrutura antiga apresentava condições insalubres. A justificativa, no entanto, não foi suficiente para acalmar os trabalhadores.

"Não existe projeto para construção de um novo espaço. Também não há alojamento provisório montado. A ideia é que eles utilizem uma sala comum da fiscalização para fazer refeições, mas o ambiente não está preparado para isso e sequer há armários para objetos pessoais", citou.

A queixa central dos servidores, ainda conforme relato do parlamentar, é o modo como a decisão foi tomada, sem consulta ou aviso prévio. "É uma ação que afeta diretamente a rotina



A queixa central dos servidores, ainda conforme relato do parlamentar, é o modo como a decisão foi tomada

de trabalho deles. Tomaram a decisão e já começaram a executar, sem apresentar alternativas, e sem garantir condições básicas", resumiu.

Rimet Jules também revelou que árvores saudáveis

foram cortadas durante a intervenção, incluindo uma espécie de jenipapeiro, cuja preservação é prevista em lei. "Chegamos lá e já havia árvores sendo derrubadas. Árvores vivas, que não apresentavam risco à estrutura", disse.

A reportagem procurou a Prefeitura de Anápolis para um posicionamento oficial sobre a demolição, o corte de árvores e as providências previstas, mas até o fechamento deste texto não houve resposta.

Reforma no calçadão do São Francisco entra no radar da Prefeitura

Prefeito promete correção de piso, instalação de bebedouros e reforço na iluminação para estimular prática esportiva; moradores cobram ação em outros pontos

EMILLY VIANA

O tradicional calçadão em frente ao Colégio São Francisco, em Anápolis, deverá passar por uma revitalização, segundo anunciou o prefeito Márcio Corrêa (PL) nas redes sociais. Em vídeo publicado na última semana, ele apareceu ao lado do secretário de Obras, Meio Ambiente e Serviços Urbanos, Thiago de Sá Lima, e prometeu melhorias na infraestrutura do local utilizado diariamente por praticantes de caminhada e corrida.

De acordo com o prefeito, o projeto contempla correções no piso, nova pintura, instalação de bebedouros e reforço na iluminação pública. A justificativa é atender com mais conforto e segurança os anapolinos que utilizam o espaço, sobretudo no pe-



De acordo com o prefeito, o projeto contempla correções no piso, nova pintura, instalação de bebedouros e reforço na iluminação

ríodo noturno. Corrêa afirmou ainda que determinou urgência na execução do plano.

"Vamos melhorar as condições dos pisos com correções e nova pintura, além de

investir na iluminação para garantir saúde, bem-estar e segurança para os anapolinos", disse o prefeito na legenda da publicação.

Ele também mencionou ações semelhantes inicia-

cussão entre os moradores. Nos comentários da publicação, elogios e cobranças se misturaram. Uma internauta comemorou: "Que bacana! Nós precisamos muito para os treinos de madrugada." Outro usuário pediu a revitalização completa da pista de caminhada da Brasil Sul, enquanto moradores de bairros mais afastados cobraram atenção à iluminação e à manutenção de áreas públicas.

"Você está olhando para o lado norte da cidade, onde há classe média. Aqui no lado sul não tem melhoria nenhuma. No Residencial Morumbi está tudo escuro, cheio de mato, e os pedidos de roçagem estão abertos há meses", comentou uma moradora. "Olha para o Praia JK. Potencial para prática esportiva abandonado", acrescentou outro internauta.



Pantanal Transmissão S.A.
CNPJ nº 18.726.961/0001-43
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2024
Pantanal Transmissão S.A. - Leilão nº 002/2013 - Lote F - SE Campo Grande II

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO 2024

8. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO
Os serviços Operação e Manutenção da Pantanal Transmissão são realizados por uma equipe especializada da empresa CEL Engenharia Ltda, referentes às instalações da SE Campo Grande 2, em um valor de contrato mensal de R\$ 128.986,54 (cento e vinte e oito mil, novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), reajustado anualmente pelo índice IPCA.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL
Em suma, o gráfico abaixo sintetiza o histórico de disponibilidade de energia da Pantanal Transmissão para com o Sistema Interligado Nacional. Em 2024, ocorreram 4 (quatro) eventos geradores de Parcela Variável, sendo:

- Dia 20/04/2024, com duração de 13 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R\$ 6.138,24 proveniente de Desligamento Não Programado na Função de Transmissão MG CAMPO GRANDE2 / CCO-2013-018 - RB. A perturbação consistiu no desligamento automático da barra B1 do barramento de 230 kV tipo barra dupla a quatro chaves da subestação Campo Grande 2 provocado acidentalmente durante execução da intervenção SGI 17656-24. Houve atuação acidental da função de falha de disjuntor advinda do vão da futura linha de transmissão de 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2, que comandou o desligamento dos seguintes componentes ligados à barra.
- Dia 20/04/2024, com duração de 13 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R\$ 12.573,32 proveniente de Desligamento Não Programado na Função de Transmissão TR 230 / 138 kV CAMPO GRANDE2 3 MS. A perturbação consistiu no desligamento automático da barra B1 do barramento de 230 kV tipo barra dupla a quatro chaves da subestação Campo Grande 2 provocado acidentalmente durante execução da intervenção SGI 17656-24. Houve atuação acidental da função de falha de disjuntor advinda do vão da futura linha de transmissão de 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2.
- Dia 20/04/2024, com duração de 13 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R\$ 9.359,73 proveniente de Desligamento Não Programado na Função de Transmissão TR 230/138 KV CAMPO GRANDE2 TR1 MS. A perturbação consistiu no desligamento automático da barra B1 do barramento de 230 kV tipo barra dupla a quatro chaves da subestação Campo Grande 2 provocado acidentalmente durante execução da intervenção SGI 17656-24. Houve atuação acidental da função de falha de disjuntor advinda do vão da futura linha de transmissão de 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2.
- Dia 20/04/2024, com duração de 13 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R\$ 9.359,73 proveniente de Desligamento Não Programado na Função de Transmissão TR 230/138 KV CAMPO GRANDE2 TR2 MS. A perturbação consistiu no desligamento automático da barra B1 do barramento de 230 kV tipo barra dupla a quatro chaves da subestação Campo Grande 2 provocado acidentalmente durante execução da intervenção SGI 17656-24. Houve atuação acidental da função de falha de disjuntor advinda do vão da futura linha de transmissão de 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2.

10. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
Em linhas gerais, segue síntese dos principais números do empreendimento Pantanal Transmissão S.A. do exercício de 2024:

Dados Econômico-financeiros	
Receita Operacional Líquida (R\$ milhares)	11.868
Custo de Operação e Manutenção (R\$ milhares)	(1.704)
Lucro Bruto do Exercício (R\$ milhares)	10.164
Total das Despesas Gerais e Administrativas (R\$ milhares)	(976)
Resultado Financeiro Líquido (R\$ milhares)	(13)
IR e Contribuição Social (R\$ milhares)	(766)
Resultado do Exercício (R\$ milhares)	8.804
Ativo Total (R\$ milhares)	111.373
Passivo Total (R\$ milhares)	10.122
Patrimônio Líquido (R\$ milhares)	101.251

Abaixo, abertura da destinação do Lucro Líquido do exercício de 2024 conforme Lei nº 6.404 que dispõe sobre as Sociedades por Ações:

Lucro Líquido (R\$ milhares)	
Constituição de Reserva Legal 5% (R\$ milhares) (*)	440
Dividendo Mínimo Obrigatório 25% (R\$ milhares)	2.091
Constituição de Reserva de Retenção de Lucro	6.273

(*) Art. 193 da Lei nº 6.404 - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

Dados Adicionais em 31/12/2024:

Capital Social (R\$ milhares)
79.976
Saldo de Reserva de Retenção de Lucro (R\$ milhares)
18.585
Saldo de Reserva Legal (R\$ milhares)
2.688

Atenciosamente,

Célio de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração
Lara Luci Cardoso de Oliveira
Diretor(a) administrativo financeiro(a)

Otaviano Viana Neto
Diretor Técnico

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2024	31.12.2023	Passivo	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.282	784	Fornecedores		167	116
Concessionárias e permissionárias	5	1.446	1.234	Obrigações tributárias		204	156
Ativo contratual	6	9.474	9.165	Dividendos a pagar	10.c	2.091	1.739
Outros ativos	7	1.158	241	Obrigações sociais e trabalhistas		17	23
		<u>13.360</u>	<u>11.424</u>	Outras contas a pagar		409	334
Ativo não circulante						<u>2.888</u>	<u>2.368</u>
Ativo contratual	6	98.010	97.946	Passivo não circulante			
Imobilizado e intangível		3	4	Tributos diferidos	14.a	7.234	7.208
		<u>98.013</u>	<u>97.950</u>			7.234	7.208
				Patrimônio líquido			
				Capital social	10.a	79.976	79.976
				Reservas de lucros	10.b	21.275	19.822
						<u>101.251</u>	<u>99.798</u>
Total do ativo		<u>111.373</u>	<u>109.374</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>111.373</u>	<u>109.374</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Nota	31.12.2024	31.12.2023	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Receita líquida	11	11.868	Custo de operação	12	(1.704)
					(2.113)
Lucro bruto		<u>10.164</u>			<u>8.627</u>
Remuneração do pessoal			Remuneração dos administradores	8.b	(163)
					(140)
Serviços de terceiros					(241)
					(230)
Outras receitas e despesas operacionais					(476)
					(417)
Total das despesas administrativas		<u>(976)</u>			<u>(863)</u>
Receitas financeiras					29
					36
Despesas financeiras					(42)
					(141)
Resultado financeiro líquido					13
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social					(13)
					(105)
Imposto de renda e contribuição social corrente	14.c	(359)			9.175
					(366)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14.c	(12)			7.659
					29
Lucro do exercício		<u>8.804</u>			<u>8.804</u>
					<u>7.322</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2022	79.976	1.883	15.856	—	97.715
Distribuição de dividendos adicionais	—	—	(3.500)	—	(3.500)
Resultado do exercício	—	—	—	7.322	7.322
Destinação do resultado do exercício					
Reserva legal	—	366	—	(366)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	(1.739)	(1.739)
Reserva retenção de lucros	—	—	5.217	(5.217)	—
31 de dezembro de 2023	79.976	2.249	17.573	—	99.798
Distribuição de dividendos adicionais	—	—	(5.260)	—	(5.260)
Resultado do exercício	—	—	—	8.804	8.804
Destinação do resultado do exercício					
Reserva legal	—	440	—	(440)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	(2.091)	(2.091)
Reserva retenção de lucros	—	—	6.273	(6.273)	—
31 de dezembro de 2024	79.976	2.689	18.586	—	101.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explanatórias às Demonstrações Financeiras

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Pantanal Transmissão S.A. ("Companhia") com sede em Goiânia no Estado de Goiás, foi constituída em 12 de agosto de 2013, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pelo consórcio Pantanal, vencedor do Lote F do Leilão nº 02/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção das Instalações de Transmissão localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul.

1.2 Da concessão

Em 9 de outubro de 2013, foi assinado o Contrato de Concessão nº 018/2013, pelo prazo de 30 anos, com a União, por meio da ANEEL, para implantação, operação e manutenção, no Estado de Mato Grosso do Sul, das seguintes instalações de transmissão:

(a) Instalações de transmissão compostas pela Subestação Campo Grande II, em 230/138 kV, 2 X 150 mVA.

(b) Entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, telecomunicação, comando, controle, administração e apoio, todas no Estado do Mato Grosso do Sul.

(c) Implementação da Subestação (SE) Campo Grande II: um enlace de 230 kV, circuito duplo, entre o ponto de secionamento da linha de transmissão 230 kV Imbirussu - Chapadão e a Subestação Campo Grande II, com extensão aproximada de 13 km, as duas entradas de linha correspondente na Subestação Campo Grande II; e aquisição de equipamentos necessários a modificação, substituições e adequações nas entradas de linhas das Subestações de Imbirussu e Chapadão.

A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento da Receita Anual Permitida (RAP), auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.343/2024, emitida pela ANEEL em 09 de julho de 2024, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2024-2025 foi de R\$ 12.703 (R\$ 12.270 no ciclo 2023/2024), incluindo os impostos reembolsáveis, passando a valer a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025, afetando, portanto, o resultado da Companhia a partir do 3T24. O reajuste no novo ciclo representou um aumento de 2,91% na RAP anual. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão. A Companhia reconhece os impactos do reajuste tarifário quando os mesmos são homologados pela Resolução emitida pelo poder concedente.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 905/2020, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos desembolsos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. O despacho 2.131/2024 publicado pela ANEEL em 23 de julho de 2024 definiu contribuição total no valor de R\$ 47.561,83, vigente de julho/2024 a junho/2025, o referido valor deve ser dividido em duodécimos e recolhido no mês subsequente a sua competência.

Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico com o percentual equivalente a, no mínimo, 1% da receita operacional líquida.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - Conforme estabelecido no Despacho ANEEL 904/21, a transmissora não precisará efetuar o recolhimento à CDE dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os Passivos dos programas de P&D e PEE, na data base de 31 de agosto de 2020. Porém, precisará se adequar para cumprir os procedimentos de recolhimento de seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 sob as obrigações devidas aos programas de P&D, que serão recolhidas à CDE, sendo seu percentual estipulado em 17,72%.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2025.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir, são apresentados os julgamentos e as estimativas principais efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas informações financeiras:

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)		
	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	8.804	7.322
Outros resultados abrangentes	—	—
Resultado abrangente do exercício	8.804	7.322
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	31.12.2024	31.12.2023*
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	8.804	7.322
Ajustes em:		
Tributos diferidos	26	(64)
Remuneração do ativo contratual	(9.310)	(9.348)
Ganho/perdas do ativo contratual	(239)	1.445
Depreciação	1	1
Juros P&D	35	33
Encargos de dívida	—	58
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Ativo contratual	9.176	8.846
Concessionárias e permissionárias	(212)	21
Outros créditos	(916)	(83)
Fornecedores	51	6
Impostos correntes a pagar	376	352
Obrigações sociais e trabalhistas	(6)	11
Outras contas a pagar	40	39
Imposto de renda e contribuição social pagos	(328)	(368)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.498	8.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

* Houve reclassificação para melhor evidenciado dos saldos, as variações foram consideradas imaterial de forma que não foram efetuadas rerepresentações desta demonstração financeira.

Demonstrações do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)		
	31.12.2024	31.12.2023
Geração de Riqueza		
Receitas		
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	9.549	7.903
Receitas relativas à operação e manutenção	2.936	3.409
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.215)	(2.547)
Valor adicionado bruto	10.270	8.765
Depreciação e amortização	(1)	(1)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	10.269	8.764
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	29	36
Valor adicionado total a distribuir	10.298	8.800
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	(344)	(317)
FGTS	(268)	(248)
Benefícios	(5)	(4)
Impostos, taxas e contribuições		
Tributos federais	(885)	(804)
Tributos estaduais	(5)	(14)
Encargos setoriais	(161)	(159)
Outras taxas e contribuições	(6)	(6)
Remuneração de capitais de terceiros		
Encargos de dívida e variação monetária	(35)	(58)
Alugueis	(51)	(37)
Outras	(7)	(83)
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.091)	(1.739)
Lucros retidos	(6.713)	(5.583)
Valor adicionado distribuído	(10.298)	(8.800)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreende a conta: "Aplicações financeiras".

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2024, passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreende a conta de "Fornecedores".

(iii) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

(iv) Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL), Rede Básica de Fronteira (RF) e Demais Instalações de Transmissão (DIT) Exclusivo.

(v) Ativo contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem de tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão (a partir da Receita Anual Permitida

Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

(vii) Redução ao valor recuperável de ativos

A cada período de reporte, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

(viii) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas e revisões aplicadas a partir de 01.01.2024

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26 - IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Revisão do CPC 09 (R1)	Críticos da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado.	01/01/2024

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18	A IFRS 18 substituirá o CPC 26 - IAS 1 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras.	01/01/2027
IFRS 19	Divulgação reduzida em subsidiárias sem obrigação pública.	01/01/2027

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras líquidez imediata	1.282	784
	1.282	784

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e podem ser remuneradas mensalmente até 100% do CDI.

5 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2024	31/12/2023
Encargos de uso da Rede Elétrica - Rede Básica (i)	1.186	987
Encargos de uso da Rede Elétrica - Contrato CCT	248	239
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	12	8
	1.446	1.234

(i) Corresponde à parcela da Receita Anual Permitida - RAP faturada mensalmente conforme determinação da ONS - Operador Nacional do Sistema;

Nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas no contas a receber.

6 Ativo contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	9.474	9.165
Não circulante	98.010	97.946
	107.484	107.111

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação nos exercícios:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	108.054
Atualização monetária	9.348
Amortização do ativo contratual	(8.846)
Ganhos/Perdas em função da RTA	(1.445)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	107.111
Atualização monetária	9.310
Amortização do ativo contratual	(9.176)
Ganhos/Perdas em função da RTA (i)	239
Saldo em 31 de dezembro de 2024	107.484

(i) Quando são homologados os novos valores de receita (REH nº 3.343), a Companhia aplica sobre as parcelas remanescentes a diferença entre a inflação inicial e a nova projeção, para o qual foi aprovado para o ciclo 2024/25, o efeito inflacionário de 2,91% (Nota 1.2). Os montantes são reconhecidos e mensurados através de fluxos financeiros de longo prazo projetados dentro das melhores estimativas e trazidos a valor presente.

Em conformidade com o Contrato de Conexão, a Companhia irá executar a implantação de um novo módulo de entrada de linha de 138 kV, com arranjo barra dupla quatro chaves (BD4), para interligação ao sistema da Linha de Distribuição 138 kV Campo Grande 2 - Campo Grande Parque, operada pela Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.

O projeto deverá ser concluído até 31/12/2025, conforme autorizado pela Nota Técnica nº 1086/2024 - SCE/ANEEL, emitida em 16 de outubro de 2024.

A estimativa de investimentos para a execução desta obra, com data-base de agosto de 2024, é de R\$ 9 milhões.

7 Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores (i)	838	5
Serviço Próprio	234	163
Seguro de Riscos Operacionais	86	71
Outros	—	2
	1.158	241

(i) Adiantamentos para construção do Reforço da Subestação Campo Grande II, que nos foi outorgado pelo terceiro aditivo ao Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT nº 033/2015.

8 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas suas Acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações de Partes Relacionadas. A principal transação com partes relacionadas e seus efeitos estão descritas a seguir:

a. Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção

Com o quarto aditivo contratual, assinado em 14 de fevereiro de 2023, o contrato com a acionista Cel Engenharia Ltda. teve seu prazo estendido em 60 (sessenta) meses, iniciando em 1º de fevereiro de 2023 e com término previsto para 1º de fevereiro de 2028. A contratante pagará inicialmente à contratada a importância mensal de R\$ 119, ajustada pelo IPCA a cada 12 meses. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o serviço de operação e manutenção (O&M) totalizou R\$ 1.533 (R\$ 1.412 em 31 de dezembro de 2023).

b. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores foi aprovada em AGOÉ no dia 30 de abril de 2024. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração dos administradores e respectivos encargos, totalizou R\$ 241 (R\$ 230 em 31 de dezembro de 2023) e foi registrada como despesa administrativa.

9 Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída provisão devido à inexistência de discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, com suporte de seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda ou de perda possível que requeresse divulgação.

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social autorizado, subscrito e integralizado é de R\$ 79.976, que é representado por 79.976.478 ações ordinárias sem valor nominal.

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Companhia Celg De Participações - Celgpar	39.188.474	49	39.188
Cel Engenharia Ltda.	24.472.802	31	24.473
CPLA Energia Ltda.	16.315.202	20	16.315
Total	79.976.478	100	79.976

b. Reserva de lucros

A reserva de lucros está composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definido no estatuto social da Companhia, o saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.689 e em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 2.249.

A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76. O saldo da rubrica em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 18.586 (R\$ 17.573 em 31 de dezembro de 2023).

c. Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76.

11 Receita operacional líquida

Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato

Receitas relativas à operação e manutenção (1)

12 Custos de operação

Representa, essencialmente, os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão, bem como os gastos com serviços auxiliares de engenharia.

13 Resultado financeiro líquido

31/12/2024 31/12/2023

||
||
||

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderiam prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

c. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2024, averiguando-se o impacto nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no site do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e/ou redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI	10,89	8,17	5,45	
Aplicações financeiras		1.282	1.422	1.247	1.212
Remuneração estimada		140	105	70	
Efeitos no resultado		(35)	(70)		

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de exercícios anteriores.

16 Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Valor Segurado	Vigência
Risco Operacional e Responsabilidade Civil	R\$ 31.599	02/08/2024 a 02/08/2025

17 Aspectos Ambientais

A política nacional do meio ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, a todos os aspectos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais necessárias para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção da linha de transmissão.

O licenciamento ambiental expedido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH está sendo regularmente cumprido pela Companhia. Abaixo resumo das licenças expedidas para a Subestação:

Órgão Emissor	Tipo de Licença	Nº da Licença	Emissão	Validade
SEMARH	Licença de Operação (LO)	03.226/2020	13/10/2020	13/10/2030

Lauriston SEVERINO:08 311234191
Assinado de forma digital por
Lauriston Severino
Data: 2025/02/20 16:14:57
-03:00

Otaviano Viana Neto
Assinado de forma digital por
OTAVIANO VIANA NETO
Data: 2025/02/20 16:14:57
-03:00

Lauriston Severino
Procurador representando
a Diretora Administrativo-Financeiro

EDSON JUNIOR DA SILVA:000014075
Assinado de forma digital por
EDSON JUNIOR DA SILVA
Data: 2025/02/20 16:14:57
-03:00

Credible Soluções Contábeis e Emp. S/S Ltda.
Edson Júnior da Silva
Contador CRC GO-001605/O

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Pantanal Transmissão S.A.

Goiânia – GO

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da **Pantanal Transmissão S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pantanal Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos

relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau (SC), 21 de fevereiro de 2025.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7

TATIANE SCHMITZ:07917230970
Assinado de forma digital por
TATIANE SCHMITZ:07917230970
Dados: 2025.02.21 08:59:52 -03'00'

Tatiane Schmitz
Sócia
Contadora CRC SC nº 038070/O-0



Empresas responsáveis foram orientadas para realizar adequações em 114 pontos identificados. Fios amontoados comprometem estética urbana e representam riscos e insegurança

REDAÇÃO

A Prefeitura de Goiânia,

por meio da Secretaria de Eficiência (Sefic), identificou 114 pontos com necessidade de ajustes em fios soltos. As empresas responsáveis foram comunicadas para que realizem as adequações.

Segundo a Prefeitura, a maioria dos casos envolve grande quantidade de fios soltos ou amontoados, o que além de comprometer a estética urbana, pode

representar riscos à população.

Segundo o gerente de operações da Sefic, João Peres Teodoro Rodrigues, 95 empresas já foram mapeadas na capital. "A Lei nº 8.785, de 2016, estabelece diretrizes para o ordenamento dos cabos e fios. Estamos atuando de forma contínua para conscientizar os responsáveis sobre a importância da correta

instalação e manutenção desses materiais", afirma.

Energia

Além da poluição visual, os fios soltos representam riscos à população, principalmente se estiverem energizados. "A gente não sabe se determinado fio está energizado ou não. Mesmo que sejam fios de telefonia ou dados, se es-

tiverem em contato com a rede elétrica, podem causar acidentes graves, até tragédias", alerta João Peres.

João Peres destaca que a população pode colaborar informando locais com fios soltos ou irregulares. No aplicativo da Prefeitura, é preciso clicar no link @156, ir até a área de ocupação de calçadas e registrar o ponto exato.

Prefeitura de Goiânia convoca empresas para organizarem fios soltos

REDAÇÃO

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, a coordenadora do Goiás Social e presidente de honra da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), primeira-dama Gracinha Caiado, e o prefeito de Aparecida, Leandro Vilela, inauguraram nesta quarta-feira, 23, às 11h, o primeiro Restauran-

te do Bem de Aparecida de Goiânia.

Localizada na Avenida Independência, no Jardim Ipiranga, a unidade é fruto da articulação entre a Prefeitura e o Governo de Goiás para ampliar as políticas públicas de segurança alimentar no município.

A unidade foi anunciada pela primeira-dama Gracinha Caiado em janeiro,

durante sua primeira visita oficial à cidade na atual administração. "A inauguração do Restaurante do Bem é um marco que pedi durante a campanha e que agora se torna realidade. É um benefício concreto que vai garantir alimentação de qualidade para milhares de pessoas todos os dias", diz Leandro Vilela.

Esta será a 16ª unidade

do programa em funcionamento no Estado e atenderá até 1,3 mil pessoas por dia, de segunda a sexta-feira, com refeições completas ao preço de R\$ 2. O espaço conta com acessibilidade, ambiente climatizado, TVs, mobiliário novo, sanitários adaptados e equipe técnica capacitada para garantir a qualidade dos alimentos e do atendimento.

De acordo com o Governo de Goiás, o investimento na nova unidade foi de cerca de R\$ 3,4 milhões. O cardápio das refeições é elaborado por nutricionistas, com preparo iniciado diariamente às 6h, em cozinhas instaladas dentro do próprio restaurante, obedecendo às normas da Anvisa.

Aparecida inaugura hoje Restaurante do Bem do Jardim Ipiranga



Resultados Anual 2024

São Paulo, 22 de abril de 2025 - AgroGalaxy Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("AgroGalaxy" ou "Companhia") (B3: AGX3) divulga seus resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os comentários aqui incluídos referem-se aos resultados consolidados que foram preparados de acordo com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As informações financeiras, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas em milhares de reais, e as comparações são relativas ao ano de 2023. Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos.

Mensagem do Presidente

O ano de 2024 marcou um capítulo importante na trajetória do AgroGalaxy. Recentemente, a Companhia anunciou a aprovação do seu plano de Recuperação Judicial obtida com o apoio expressivo de 80% dos credores. Esse resultado, fruto de um processo rigoroso e desafiador, reafirma seu compromisso com a transparência e a retomada de uma das maiores revendas de insumos agrícolas no país. Neste novo ciclo, o AgroGalaxy reforça seu compromisso com os valores essenciais que norteiam sua atuação: levar o produtor rural a uma melhor solução agronômica com simplicidade, proximidade e eficiência. Esses princípios seguem orientando a gestão, com foco no fortalecimento do relacionamento com os clientes, na rentabilidade, na geração de caixa e no crescimento sustentável. A aprovação deste plano representa não apenas a reestruturação das dívidas, mas também uma oportunidade concreta de reorganizar e otimizar o modelo de negócios. A Companhia mantém confiança em seus colaboradores, na solidez de sua estratégia e na capacidade de execução. O esforço está direcionado na otimização do capital de giro e na garantia de uma operação saudável e rentável. Nesse contexto, estão sendo adotadas medidas firmes, como a melhoria da qualidade da carteira de clientes, o aumento da eficiência na cobrança, a diversificação com a atuação em regiões com menor exposição ao risco climático e a gestão eficiente dos estoques - com responsabilidade na alocação de capital e garantindo a disponibilidade de insumos aos produtores. O plano aprovado contempla diferentes alternativas de pagamento aos credores parceiros, o que permitirá a construção de cenários mais precisos e a definição clara do valor final da dívida reestruturada. A Companhia também continuará atenta a oportunidades de monetização de ativos, como a venda de carteiras de receíveis, estratégia já em execução para reforço da liquidez. Ainda há muito a ser feito e o AgroGalaxy está preparado para escrever este novo capítulo na sua história, reafirmando seu compromisso com um futuro mais sólido, eficiente e alinhado às necessidades agronômicas de agricultores de norte a sul do país. Essas conquistas só foram possíveis graças ao apoio incondicional de nossos colaboradores, fornecedores e produtores rurais - pilares fundamentais da nossa operação.

Eron Martins, Presidente

Eventos Subsequentes

Aprovação do Plano de Recuperação Judicial: A Companhia aprovou em 10 de abril, em Assembleia Geral de Credores (AGC), seu Plano de Recuperação Judicial com apoio expressivo de 82,4% dos créditos votantes, totalizando 1.376 votos favoráveis, 34 contrários e 23 abstenções. O plano prevê condições específicas para "credores parceiros" que apoiaram a reestruturação da Companhia, com pagamento integral, sem deságio, a ser iniciado com dois anos de carência e prazo total de dez anos para quitação. Além disso, o plano oferece opções de pagamento para os "credores parceiros", os quais se comprometem ainda a não litigar contra a empresa e a continuar a/ou retornar o fornecimento de insumos. Uma vez aprovado, o plano está submetido à homologação pelo juiz da 19ª Vara Civil e Ambiental de Goiânia. O próximo passo, será aguardar a adesão pelos credores parceiros às condições de pagamento previstas no plano, o que permitirá à empresa estimar o valor final da dívida e o respectivo fluxo de desembolso/pagamentos.

Proposta Vinculante para Aquisição de Créditos: A Companhia avançou significativamente em sua estratégia de gestão de liquidez, celebrando, em 21 de janeiro de 2025, um memorando de entendimentos para a potencial venda de um portfólio de dívidas vencidas, com o objetivo de otimizar sua estrutura de capital. A operação envolve a cessão de créditos inadimplidos e não judicializados, provenientes da revenda de insumos agrícolas aos seus clientes. Em 31 de março de 2025, foi protocolada, no processo de Recuperação Judicial, uma proposta vinculante para a aquisição desses créditos, que totalizam cerca de R\$683 milhões, incluindo créditos vencidos e não pagos. O pagamento será composto por uma parte fixa, calculada com base no valor de face dos créditos, e uma parte contingente, correspondente a 50% do valor destes créditos que vier a ser recuperado. A operação é uma etapa fundamental para reforçar a recuperação econômica da Companhia e melhorar sua posição financeira e encontrar-se regulamentada no plano de Recuperação Judicial da Companhia, aprovado em 10 de abril de 2025, pela Assembleia de Credores.

Grupamento de Ações: Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia comunicou que seu Conselho de Administração aprovou a submissão de proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias de sua emissão à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2025. A proposta teve como principal objetivo adequar a cotação das ações ordinárias ao disposto no Regulamento de Emissões da B3, contribuindo para a promoção de um mercado secundário mais eficiente, equilibrado e justo. Na referida assembleia, foi aprovado o grupamento das ações ordinárias na proporção de 15:1, que resultará em um total de 16.969.571 ações ordinárias após a conclusão do processo, prevista para 5 de maio de 2025. Importante destacar que o capital social da Companhia não sofreu alteração.

Resultados 2024 vs. 2023

Receita Líquida

Em 2024, a receita líquida totalizou R\$ 4,6 bilhões, uma queda de 51% em relação a 2023. Da queda reportada em insumos, a maior parte foi em fertilizantes, principalmente devido às restrições impostas pelo advento da Recuperação Judicial, que afetaram as operações de compra e entrega. Como resultado, os pedidos foram ajustados, para refletir a nova realidade operacional. Os segmentos de sementes e defensivos também apresentaram redução no período, no entanto, em função de uma gestão eficaz de estoques e produção própria, foi possível manter o fornecimento de produtos essenciais aos clientes, minimizando o impacto da redução. Adicionalmente, a receita de grãos recuou 39% em 2024 em relação a 2023.



Mix de Receita de Insumos

O segmento de especialidades, que apresenta a maior margem, ficou em 11,5% do mix em 2024. O maior avanço foi em defensivos que apresentou ganho de participação no mix de insumos em 2024 atingindo 39,8% do mix (+5 p.p.), grande parte desse ganho de mix veio da redução da representatividade de fertilizantes e sementes. Em função das restrições de crédito impostas pelo advento da Recuperação Judicial, houve uma adaptação significativa no mix de produtos. Essa mudança resultou em um foco maior em itens que a Companhia já possuía em estoque, como defensivos, especialidades e sementes próprias. Embora o cancelamento de alguns pedidos tenha impactado a variedade do mix, a Companhia tem trabalhado para ajustar seu portfólio de forma estratégica, priorizando o atendimento às necessidades imediatas do mercado, mesmo diante da restrição de crédito com fornecedores.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL			
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4 22.377	190.182	475.482	738.306
Ativos financeiros	5 60	309.105	988.142	3.327.372
Contas a receber de clientes	6 223.818	839.835	219.657	93.510
Estoques	7 546	97.689	67.658	114.247
Tributos a recuperar	9 1.997	4.380	1.997	47.187
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	22.4.3.3 1.997	4.380	1.997	47.187
Instrumentos financeiros derivativos	21.1 80.684	34.687	21.1 80.684	34.687
Outros ativos com partes relacionadas	3.2.30 9.567	3.954	24.528	189.317
Outros ativos	32.300 13.129	5.428	67.834	41.736
Total do ativo circulante	33.941	279.746	1.811.716	5.553.467
NÃO CIRCULANTE				
Ativos financeiros	5 172.452	108.819	175.860	125.476
Contas a receber de clientes	6 255.594	237.432	61.516	93.990
Tributos a recuperar	9 56.661	1.184	188.744	188.744
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.2 22.4.3.3 1.997	4.380	1.997	47.187
Instrumentos financeiros derivativos	22.4.3.3 209	209	21.1 44.530	38.017
Depósitos judiciais	18 6.231	6.242	32.300 26.177	59.764
Outros ativos com partes relacionadas	21.1 187.610	5.428	67.834	41.736
Outros ativos	3.2.300 13.129	5.428	67.834	41.736
Investimentos	10.2 258.053	1.418.871	3.346	1.320
Imobilizado	11 1.139	172.415	219.657	219.657
Intangível	12 2.850	60.650	934.510	1.071.336
Direito de uso	13.1 93.078	173.093	1.745.041	1.745.041
Total do ativo não circulante	634.094	1.594.907	1.827.045	2.160.549
TOTAL DO ATIVO	668.035	1.874.653	3.638.761	7.714.016
DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)				
BALANÇO PATRIMONIAL				
Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	14 2.464	2.276.800	3.053.457	3.492.161
Empréstimos e financiamentos	15 1.443.126	1.473.969	50.394	69.918
Contas a pagar de arrendamentos	13.2 482.835	469.731	617.140	946.816
Obrigações por cessão de crédito	16 22.4.3.3 36.868	36.868	21.202	21.202
Instrumentos financeiros derivativos	22.4.3.3 2.267	2.267	75.541	362.204
Adiantamentos de clientes	21.1 192.620	192.620	184.638	184.638
Outros passivos com partes relacionadas	21.1 30.186	30.186	43.756	52.195
Outros passivos	3.2.300 710.372	513.487	5.209.502	6.147.186
Total do passivo circulante	710.372	513.487	5.209.502	6.147.186
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores	14 6.653	6.653	256	256
Contas a pagar de arrendamentos	13.2 48.487	48.487	96.115	96.115
Instrumentos financeiros derivativos	22.4.3.3 599	599	8.304	8.304
Provisão para passivos judiciais	18 15.244	15.244	59.417	70.001
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2 59.417	59.417	70.001	70.001
Adiantamento para futuro aumento de capital	21.1 150.000	150.000	150.000	150.000
Provisão para perda de investimentos em controladas	10.4 1.631.997	1.631.997	38.017	38.017
Outros passivos com partes relacionadas	21.1 44.530	44.530	44.498	44.498
Outros passivos	3.2.300 2.715	2.715	21.984	21.984
Total do passivo não circulante	1.702.704	1.702.704	174.898	130.168
TOTAL DO PASSIVO	2.413.076	761.268	5.384.400	6.577.354
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / (PASSIVO)				
A DESCOBERTO	19	951.632	789.221	951.632
Capital social	951.632	789.221	951.632	789.221
Reservas de capital	490.944	490.944	490.944	490.944
Ações em tesouraria	(34.037)	(34.037)	(34.037)	(34.037)
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.715)	(2.715)	(2.715)	(2.715)
Prejuízos acumulados	(3.150.865)	(154.727)	(3.150.865)	(154.727)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / (passivo a descoberto)				

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.996.138)	(374.135)	(2.841.599)	(488.489)
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	25	2.547	923	160.983
Ajuste a valor presente		3.054	(3.795)	(66.304)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	26		29.670	30.752
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizado, líquido	1.357		4.557	(7.416)
Provisão/(reversão) para perda estimada nos estoques, líquida	25		48.711	(10.047)
Resultado de equivalência patrimonial	10.4	2.793.005	250.271	
Ganho no valor justo de contratos a termo pela marcação à mercado - commodities agrícolas	25		(66.462)	(57.545)
Perda no valor justo de contratos a termo pela realização - commodities agrícolas (Ganho)/perda com instrumentos financeiros derivativos, líquidos	26		57.860	29.530
Despesas com juros apropriados e amortização de custos de transação	26		(32.406)	72.556
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	26		193.689	259.982
(Reversão)/pagamento baseado em ações com créditos de liquidação duvidosa	15.2	6.405	6.792	
Provisão para passivos judiciais	20.1.3	(11.316)	2.488	(11.316)
Provisão para perdas de ativos intangíveis	25	63.994		
Provisão de distrito e baixa de ativos	25		99.566	
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Partes relacionadas		18.051	1.355	
Contas a receber de clientes		1.492.731	1.302.050	
Estoques		670.041	932.251	
Adiantamento a fornecedores	(168)	271	120.255	270.771
Tributos a recuperar	2.929	(1.715)	(7.844)	(56.018)
Outros ativos	236	(1.009)	16.421	11.218
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Partes relacionadas		59.539	(1.204)	
Fornecedores e outras contas a pagar	2.464	(627)	(1.036.839)	(1.959.554)
Tributos a recolher	1.908	(218)	36.629	(1.648)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram o caixa estão divulgadas na nota 28.1.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O AgroGalaxy Participações S.A. - Em Recuperação Judicial em conjunto com suas controladas ("AgroGalaxy") ou coletivamente ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com matriz localizada na Rua T-37, esquina com a T-12, no 35, salas 2.301 a 2.311, 23º andar, Condomínio Comercial Connect Park Business, Anexo B, Setor Bueno, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás (anteriormente sediada à Rua Iguatemi, no 192 - 10º andar, conjuntos 103 e 104, Bairro Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo). O AgroGalaxy possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"), listada no segmento Novo Mercado sob o ticker AGXY3. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 74 lojas, 28 silos, 13 unidades de produção e beneficiamento de sementes e 195 consultores técnicos de vendas que operam nos Estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rondônia, São Paulo e Tocantins. Conforme divulgado na nota 1.4.8.4, a Companhia passou a atuar com 74 lojas, em consequência da reestruturação estratégica e operacional realizada em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial. A Companhia atua, principalmente, no comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, bem como, na comercialização e exportação de cereais (soja e milho), no armazenamento, beneficiamento e padronização destes cereais, além da participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas e produção agrícola. Em 31 de dezembro de 2024, não há um acionista identificado como controlador e, dessa forma, configura-se o controle coletivo da Companhia conforme decisões por maioria em percentuais definidos em acordo de acionistas. Adicionalmente, em decorrência do Acordo de Acionistas celebrado em 30 de outubro de 2020, tendo sido objeto de 1º. Aditivo em 6 de julho de 2021 e 2º. Aditivo em 26 de dezembro de 2023, Agrofundo Brasil III Fundo de Investimento Participações Multiestratégica ("Agrofundo IV"), Agrofundo Brasil IV Fundo de Investimento Participações Multiestratégica ("Agrofundo V"), Galaxy Agrobusiness IE ("Galaxy") e Agrofundo Brasil X Fundo de Investimento Participações ("Agrofundo X") que, em conjunto, possuem ações representativas de 66,73% do capital social total e votante vinculado a tal acordo (54,17% em 31 de dezembro de 2023), e que estão organizados em um bloco de acionistas, os quais tem o poder de indicar a maioria dos membros do Conselho de Administração, sem contudo configurar controle conjunto nos termos do CPC 19 (R2)/IFRS 11 Negócios em Conjunto. Adicionalmente, é importante a leitura das notas 1.1 e 1.4.8, para melhor compreensão do contexto operacional da Companhia e suas controladas após o Pedido de Recuperação Judicial, realizado, conforme divulgado nas referidas notas. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de abril de 2025. 1.1 SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA COMPANHIA E PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL: Em 18 de setembro de 2024, a Companhia formalizou o Pedido de Recuperação Judicial, conforme

divulgado na nota 1.4.8. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo ("CCL" negativo) de R\$676.431 na controladora e R\$3.020.012 no consolidado, prejuízo acumulado de R\$3.150.865 na controladora e no consolidado e passivo a descoberto de R\$17.745.041 na controladora e R\$1.745.639 consolidado. Devido ao contexto atual das negociações da Companhia, junto aos seus credores, foi contratada empresa de consultoria independente e especializada, para atuar como assessor financeiro no âmbito do Processo Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota 1.4.8, mantendo os objetivos de reforçar o fluxo de caixa e otimizar a estrutura de capital da Companhia, de modo a preservar a capacidade de cumprimento das obrigações assumidas perante credores e clientes. Durante o ano de 2024 e com uma intensificação maior no terceiro e quarto trimestre deste mesmo ano, a Companhia se dedicou a renegociar as dívidas com credores. A despeito do plano de redução de despesas efetuado nos últimos períodos e do sucesso parcial das negociações das obrigações financeiras, os desafios impostos a geração operacional de caixa e ao capital de giro em virtude de diversos fatores acumulados listados abaixo culminaram que a totalidade dos pagamentos aos credores não ocorreu conforme o planejado. Dentre os principais fatores acumulados causadores da crise financeira, que levaram a Companhia ao Pedido de Recuperação Judicial, podemos mencionar que os varejistas agrícolas foram especialmente afetados por: (i) queda nos preços das commodities, que comprimiram as margens dos agricultores, atrasando a compra de insumos e levando à migração para produtos de menor valor agregado; (ii) condições climáticas adversas iniciadas no final de 2023 e agravadas em 2024, impactando severamente a disponibilidade hídrica, o suprimento de energia e, consequentemente, a produção no campo; (iii) altos níveis de estoque a altos custos de aquisição (devido a altas nos preços em 2022), que impactaram negativamente as vendas, a lucratividade e a geração de caixa nos anos seguintes; (iv) queda do preço de mercado dos insumos agrícolas, gerando tanto uma desvalorização do seu estoque como margens menores no momento da sua comercialização; (v) restrições de acesso a crédito, aumento das taxas de juros e elevados índices de alavancagem dos produtores agrícolas, que resultaram em níveis bem maiores de inadimplência e a uma escalada nos pedidos de recuperação judicial de agricultores, colocando maior pressão na liquidez de toda a cadeia de insumos agrícolas no Brasil, desde fornecedores até canais de comercialização; (vi) aumento das exigências de garantia por parte dos fornecedores, que estressaram ainda mais as cadeias; e (vii) aumento da sua alavancagem e custo de financiamento durante o período. Diante deste cenário, a Companhia definiu como alternativa viável para manter a continuidade de suas operações, o Pedido de Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota 1.4.8. 1.2 Participações societárias: A Companhia detém participações societárias em entidades legais, as quais são consolidadas integralmente e avaliadas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação	Atividade principal	Localização	Tipo de participação	% de participação	
				31/12/2024	31/12/2023
Agrocat Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda. ("Agrocat") - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Tançaré da Serra (MS)	Directa	100,00%	100,00%
Agro Control Participações Ltda. ("Agro Control") - Em Recuperação Judicial	Holding	Londrina (PR)	Directa	100,00%	100,00%
Agrofundo Brasil Ltda. ("Agrofundo") - Em Recuperação Judicial	Holding	Londrina (PR)	Indireta	100,00%	100,00%
Bussadori, Garcia & Cia Ltda. ("Brago100") - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Águia Fria de Goiás (GO)	Indireta	100,00%	22,30%
Campeá Agronegócio S.A. ("Campeá") ⁽¹⁾ - Em Recuperação Judicial	Produção e comercialização de soja.	Ponta Grossa (PR)	Indireta	100,00%	100,00%
Agro Ferrari Produtos Agrícolas Ltda. ("Agro Ferrari") - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Londrina (PR)	Directa	100,00%	100,00%
AgroGalaxy Franchise Ltda. ("Franchise") - Em Recuperação Judicial	Gerenciamento de franquias e rede de negócios em serviços do agronegócio.	Maracaju (MS)	Directa	100,00%	100,00%
Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. ("Boa Vista") - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Maringá (PR)	Directa	80,00%	80,00%
Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S.A. ("Ferrari Zagatto") - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Passos (MG)	Directa	100,00%	100,00%
Grão de Ouro Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Alfenas (MG)	Indireta	100,00%	100,00%
Rural Brasil Ltda. ("Rural Brasil") - Em recuperação judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Jataí (GO)	Directa	100,00%	100,00%
Campeá Agronegócio S.A. ("Campeá") ⁽¹⁾ - Em Recuperação Judicial	Produção e comercialização de soja.	Águia Fria de Goiás (GO)	Indireta	77,70%	100,00%

1) Em 1 de agosto de 2024, em decorrência de reorganização societária foi realizada a (i) cessão e transferência de cotas da entidade Campeá, da Rural Brasil para a Agro100 e (ii) transformação da entidade de sociedade limitada para sociedade anônima de capital fechado. 1.3 Sazonalidade: Durante o curso normal de seus negócios, o segmento de insumos da Companhia apresenta sazonalidade, especialmente, em razão dos ciclos da lavoura que dependem de condições climáticas específicas. Os efeitos positivos da sazonalidade relacionados ao faturamento, podem ser observados a partir do terceiro trimestre até o quarto trimestre de cada ano. Entretanto, em decorrência dos efeitos do Pedido de Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota 1.4.8, os efeitos positivos decorrentes da emissão da Lei nº 14.789/2023 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico: Desde 01 de janeiro de 2024, com a vigência da Lei nº 14.789/2023, não é mais permitida a exclusão dos incentivos de ICMS da base de cálculo do IRPF e da CSLL, à exceção de créditos presumidos, por força de decisão do Superior Tribunal de Justiça ("STJ") no ERESP 1.517.492/PR - que não sejam destinados à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, respeitadas as condições estabelecidas na Lei nº 14.789/2023. Nesse cenário, a Companhia não exclui os incentivos de ICMS da base de cálculo do IRPF e da CSLL, pois tais subvenções, principalmente aquelas do Convênio nº 19/2017, não correspondem a créditos presumidos de ICMS. Essa alteração na legislação trará impactos na apuração dos tributos sobre o lucro das controladas da Companhia, os quais já foram considerados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, na medida que impactam as projeções e resultados tributáveis futuros. Para maior detalhamento, vide notas 8.1, 8.3 e 19.3.3. 1.4.2 Dispensa ("waiver") de cumprimento de índice financeiro referente as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023: Em 9 de fevereiro de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia informou que, preventivamente, iniciou as discussões com as instituições financeiras com as quais mantém operação de crédito vigente, assim como os seus credores titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 79ª Emissão (séria única) e da 82ª Emissão (1ª, 2ª e 3ª séries), potencial dispensa de cumprimento do índice financeiro contratualmente estabelecido pelas partes. Em 19 de março de 2024, em continuidade ao Fato Relevante de 9 de fevereiro de 2024, a Companhia informou que, após negociação com as instituições financeiras e credores titulares dos CRAs, obteve a dispensa formal ao cumprimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, dos indicadores financeiros contratualmente estabelecidos nos instrumentos que regulam as operações de dívida contratada pela Companhia e seus credores. 1.4.3 Aumento de capital: Em 30 de abril de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia informou que, em reunião do Conselho de Administração realizada na data final, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R\$150.000, dentro do limite do capital autorizado, conforme os termos do artigo 6º, parágrafo 1º do estatuto social da Companhia, mediante subscrição privada, de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia ("Ações" e "Aumento de Capital", respectivamente), considerando a realização de adiantamentos para subscrição e integralização de ações a serem emitidas pela Companhia em futuro a um aumento de capital por determinados acionistas que integram seu bloco de controle, ou seja, Agrofundo Brasil II, Agrofundo Brasil IV, Agrofundo Brasil V e Agrofundo Brasil X (em conjunto, os "FIPs Agrofundo"), nos termos do FACP celebrado em 26 de dezembro de 2023 (nota 20.1). Em 28 de junho de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia informou que em reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, aprovou a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, pela Companhia ("Ações"), por subscrição privada, considerando a realização de adiantamentos para subscrição e integralização de ações em aumento de capital por determinados acionistas que integram seu bloco de controle, nos termos do FACP celebrado em 26 de dezembro de 2023 e divulgado pela Companhia conforme parágrafo acima. No âmbito do Aumento de Capital, foram subscritas e integralizadas 83.718.587 (oitenta e três milhão, setecentos e setenta e dez mil, quinhentas e oitenta e sete) novas Ações, representando 58,65% das Ações objeto do Aumento de Capital, ao preço de R\$1,94 (um mil e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), no montante de R\$162.414.058,78 (cento e sessenta e dois milhão, quinze centavos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro mil reais), dos quais R\$150.000 foram recebidos por meio do FACP acima mencionado, assim, o montante em caixa recebido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$12.411.431. Desta forma, o capital social integralizado da Companhia passa os atuais R\$83.7

...continuação

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, as incertezas relevantes relativas a esses julgamentos, estimativas e premissas poderiam levar a resultados que requeriam ajustes significativos ao valor contábil de certos ativos e passivos apresentados na presente demonstração financeira individual e consolidadas. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3 e aquelas que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais julgamentos, estimativas e premissas são significativos, estão divulgadas na nota 3.2.3. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo; (ii) combinação de negócios; (iii) estoques de *commodities* agrícolas; (iv) contas a pagar pela compra de *commodities* agrícolas a *barter*; (v) ativos não financeiros atrelados ao preço de mercado das *commodities* agrícolas, decorrente as contas a receber originadas em operações de *barter*; (vi) operações de futuros firmados com instituições financeiras; e (vii) pagamentos baseados em ações pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas baseadas na premissa da continuidade operacional. No entanto, como o Pedido de Recuperação Judicial divulgado na nota 1.4.8.5 apesar de ter sido aprovado pelos credores, ainda não foi homologado conforme mencionado na nota 31.7, há incertezas relevantes quanto a realização de ativos e liquidação de passivos no curso normal dos negócios. Nesse sentido, a Diretoria entendeu não ser apropriado nesse momento, fazer o teste para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos tributos a recuperar relativo ao ICMs (nota 9), do ativo imobilizado (nota 11), dos investimentos (nota 10), do ativo intangível, incluindo os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) (nota 12) e do direito de uso (nota 13). Adicionalmente, a Companhia apresentou a 1^a relação de credores, juntamente com o pedido de Recuperação Judicial, em 18 de setembro de 2024, e, em 9 de dezembro de 2024, foi apresentada a 2^a relação de credores elaborada pela Administração Judicial Conjunta. Para os passivos classificados na categoria de fornecedores e parte do saldo classificado na categoria de outros passivos apresentados na nota 1.4.8, não foi possível finalizar a conciliação entre os saldos contábeis e os valores constantes nas relações de credores, bem como as movimentações ocorridas entre 18 de setembro de 2024, data-base das listas de credores, e 31 de dezembro de 2024, data-base dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. INFORMAÇÕES DE POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações do Agrogalaxy e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas contábeis materiais e práticas contábeis consistentes, que foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. As novas políticas contábeis estão divulgadas na nota 3.1, que foram adotadas a partir de 1 de janeiro de 2024. **3.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As revisões de normas emitidas, até a divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão apresentadas a seguir. A Companhia avalia suas alterações e não identificou impacto decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas iniciadas em/ou após 1 de janeiro de 2024. **3.1.1 Alterações no CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: classificação de passivos como circulares ou não circulares e passivos não circulares com covenants** (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2024): As alterações aprimoram as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por menos dezois de meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*). A classificação de passivos como circulares ou não circulares reconhecidas no resultado financeiro. O segmento de Grãos, que opera com a originação de grãos em que a Companhia atua como uma *trading company*, contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo com clientes e contratos futuros com instituições financeiras, os quais são mensurados ao valor justo, incluindo aqueles contratos a termo que são liquidados com a entrega física dos produtos. A Companhia entende que a mensuração a valor justo por meio do resultado, dos contratos a termo que são liquidados com a entrega física, é necessária para eliminar uma inconsistência de reconhecimento que surge pelo seu não reconhecimento, conforme previsto no parágrafo 2.5 do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Os contratos a termo são firmados para proteção do risco de preço do mercado (nota 21.1.2.3), ao qual a Companhia está sujeita, em razão das operações com grãos de onde surgem os seguintes ativos e passivos mensurados pelo valor justo: (i) estoques de *commodities* agrícolas, (ii) contas a pagar pela compra de grãos a fixar, (iii) ativos não financeiros atrelados ao preço de mercado da caixa, decorrente as contas a receber originadas em operações de *barter* (nota 3.1.2); e (iv) operações de futuros firmados com instituições financeiras. Dessa forma, a não valorização dos contratos a termo resultaria em impactar o resultado do exercício em momentos diferentes dos referidos instrumentos. **3.1.2 Contas a receber de clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e são reconhecidos pelo valor nominal faturado na data da venda e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva e, quando aplicável, deduzidos da PCLD. As vendas a prazo são sujeitas ao ajuste a valor presente. A taxa de desconto utilizada é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa. O ajuste a valor presente, mensurado em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação, é registrado como reduutor das contas a receber em contrapartida à receita de vendas e no resultado financeiro, quando ocorre a sua realização. A taxa de desconto é revisada anualmente. Para a mensuração PCLD é aplicada a abordagem simplificada do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros considerando uma estimativa ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. A Companhia utiliza-se de julgamento para estabelecer as premissas sobre o risco de inadimplência e para selecionar os dados para a mensuração da PCLD, que é calculada com base em uma matriz de probabilidade por faixa de vencimento da carteira de clientes, incluindo condições existentes de mercado e estimativas futuras ao final de cada exercício. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada. A falta de vencimentos da carteira de clientes é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito, se houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes, considerando o risco de perda envolvido e a situação financeira dos clientes, bem como a existência de instrumentos de garantia de saída de e/ou imóveis por meio de CPFs, fianças, hipotecas e alienações fiduciárias, o que reduz a necessidade de parte de reconhecimento de PCLD e perda real potencial dos recebíveis da Companhia. A PCLD é estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Diretoria e é registrada em contrapartida do subgrupo despesas com vendas na demonstração de resultado. Para os demais títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individual. Quando pertinentes, são realizados procedimentos de cobrança por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses procedimentos não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas, sendo registrada a PCLD. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Diretoria considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los. As contas a receber de clientes também incluem os recebíveis originados nas operações de *barter*, em que a Companhia comercializa insumos agrícolas em troca de *commodities* agrícolas. São reconhecidos pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo atrelado à variação do preço de *commodity* agrícola é ajustado pela cotação da *commodity* agrícola no mercado físico, em contrapartida do resultado financeiro. Adicionalmente, as contas a receber de clientes incluem créditos cedidos atrelados operações de empréstimos e financiamentos, de securitiesização e de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"). Nessas operações, a Companhia não transfere substancialmente os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros à contraparte, motivo pelo qual os respectivos recebíveis são mantidos reconhecidos no ativo, na rubrica de contas a receber de clientes em contrapartida as rubricas de empréstimos e financiamentos e de obrigações por cessão de créditos, no passivo circulante e não circulante, de acordo com a natureza e o prazo da obrigação. Por outro lado, a Companhia também realiza cessões de crédito com a transferência integral de controle e de todos os riscos e benefícios à contraparte, caracterizando o desreconhecimento contábil dos respectivos ativos. Nessas operações, não há cobrigação da Companhia e os recebíveis são baixados do ativo no momento da cessão. O principal risco associado às operações de cessão, com ou sem desreconhecimento, está relacionado à inadimplência dos clientes cedidos, ou seja, o risco de não pagamento dos valores devidos. Os encargos financeiros decorrentes das cessões com manutenção de riscos e benefícios são reconhecidos como despesas financeiras na demonstração do resultado. Da mesma forma, eventuais deságios apurados nas cessões com transferência de riscos são reconhecidos no resultado, quando aplicável. **3.1.4 Estogos:** Os estoques de produtos agrícolas adquiridos de terceiros e recebidos na liquidação de operações de *barter*, são registrados, respectivamente, pelo custo de aquisição ou de troca na data de recebimento e, subsequentemente, são mensurados pelo seu valor justo deduzidos custos das vendas, em contrapartida do custo das mercadorias vendidas. Os demais itens em estoque são mensurados ao custo médio de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o menor. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal das atividades da Companhia, menos os custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para efetuar a venda. Provisão para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoque de baixa movimentação são mensurados e registrados quando necessário. **3.1.5 Partes relacionadas:** São transações realizadas entre partes relacionadas, oriundas de operações comerciais e financeiras. São consideradas como partes relacionadas: (i) acionistas que detêm influência significativa e/ou exercem função na gestão da Companhia e seus familiares próximos; (ii) membros do pessoal-chave da gestão da Companhia e suas controladas; e (iii) empresas que sejam membros da mesma gestão econômica e que estejam sob controle de um acionista ou membro da família identificados no item (i) ou (ii). **3.1.6 Imobilizado:** Mensurado pelo custo de aquisição ou construção, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada tipo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são registradas prospectivamente. Os terrenos não sofram depreciação. A Companhia realiza anualmente a análise de indicios de redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofre perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas. Todavia, conforme mencionado na nota 11, em 31 de dezembro de 2024, embora a Companhia possa indicar de ocorrência de redução no valor recuperável do seu ativo imobilizado, ficou impossibilitada de proceder ao teste para redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado, pois não detinha informações suficientes para realizá-lo e aguarda a homologação do plano de recuperação, que já foi aprovado pelos credores (nota 31.7), em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, o qual contempla a base para as análises e projeções futuras. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor de venda e o valor contábil residual e são reconhecidos no subgrupo de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação. **3.1.7 Intangível:** São mensurados ao custo o momento do seu reconhecimento inicial, enquanto aqueles oriundos de uma combinação de negócios são reconhecidos ao valor justo da data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Para os intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo da vida útil definida e avaliados em relação à redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de amortização são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são registradas prospectivamente. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. A amortização com relacionamento com clientes é registrada em despesas comerciais, as amortizações de marcas e patentes, nas despesas administrativas, enquanto as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização, porém são testados anualmente em relação à redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Companhia registra neste subgrupo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Todavia, conforme mencionado na nota 12, em 31 de dezembro de 2024, embora a Companhia possa indicar de ocorrência de redução no valor recuperável do seu ativo intangível, ficou impossibilitada de proceder ao teste para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos intangíveis com vida útil definida e indefinida, pois não detinha informações suficientes para realizar a homologação do plano de recuperação, que já foi aprovado pelos credores (nota 31.7), em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, o qual contempla a base para as análises e projeções futuras. **3.1.8 Arrendamento:** Um contrato é, ou contém um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário atuar: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e (iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo, ou seja, tem o direito de tomar uma decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado. Se: • tem o direito de operar o ativo, ou • projetou o ativo, de forma que predeterminou como e para qual finalidade será usado. No início do contrato, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento. O ativo de direito de uso é, inicialmente, mensurado ao custo e compreende: (i) o valor inicial do passivo de arrendamento; (ii) ajustado por qualquer pagamento efetuado na data de início do contrato; (iii) adicionado qualquer custo direto inicial incorrido; (iv) adicionado da estimativa de custos de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado; e (v) menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até a final da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo do arrendamento, o que ocorre primeiro. Se a Companhia tiver razoável certeza de que irá exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. A vida útil estimada do ativo de direito de uso é determinada na mesma metodologia dos ativos de propriedade da Companhia. O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS, é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de juros, que é menor que a taxa efetiva. **3.1.9 Ativos financeiros:** Compreendem os saldos de aplicações em títulos de renda fixa, aplicações financeiras e direitos sobre preços pagos, com vencimentos originais, que na data da aquisição, são superiores a 90 (noventa) dias, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor. **3.1.10 Ativos financeiros:** Compreendem os saldos de aplicações em títulos de renda fixa, aplicações financeiras e direitos sobre preços pagos, com vencimentos originais, que na data da aquisição, são superiores a 90 (noventa) dias. As aplicações em títulos de renda fixa são adquiridas em conexão com determinadas operações de securityização e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") e correspondem as contas subordinadas e mezanino e contas centralizadoras de titularidade da controladora e controladas, sendo mantidas até o vencimento. Tem como objetivo garantir eventuais riscos de crédito às Securitizadoras, cabendo as contas subordinadas e mezanino, a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedidos. **3.1.11 Instrumentos financeiros:** **3.1.11.1 Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seus fluxos de caixa contratuais e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em data especificada, a fluxos de caixas que constituem, exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas no subgrupo de resultado financeiro, líquido calculadas por meio da taxa efetiva de juros. Compreendem os saldos de caixa e equivalentes de *commodities* agrícolas, ativos financeiros, contas a receber de clientes (exceto a parcela a receber decorrente de operações de *barter*), os quais são liquidados mediante ativos não financeiros, outros ativos, fornecedores (exceto a parcela a pagar decorrente de operações de *barter*), os quais são liquidados mediante ativos não financeiros), empréstimos e financiamentos,

individuais e contêm termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, entretanto, os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de informática, pequenos itens de mobiliário de escritório e outros contratos de pequeno valor que seja igual ou inferior a 12 meses. **3.1.12 Fornecedores:** Correspondem às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia. As contas a pagar aos fornecedores referentes a aquisição de mercadorias para revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. As contas a pagar aos fornecedores referentes a compra de *commodities* agrícolas com preço a fixar, são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos e, subsequentemente, o valor justo atrelado a uma variação do preço de *commodity* agrícola é ajustado pela cotação da *commodity* agrícola no mercado físico, em contrapartida dos saldos de estoque de *commodities* agrícolas ou do custo dos produtos vendidos. As aquisições a prazo são sujeitas ao ajuste a valor presente. A taxa de desconto utilizada é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa. A aquisição é realizada com custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. As contas a pagar aos fornecedores referentes a compra de *commodity* agrícola com preço a fixar, são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos e, subsequentemente, o valor justo atrelado a uma variação do preço de *commodity* agrícola é ajustado pela cotação da *commodity* agrícola no mercado físico, em contrapartida dos saldos de estoque de *commodities* agrícolas ou do custo dos produtos vendidos. As aquisições a prazo são sujeitas ao ajuste a valor presente. A taxa de desconto utilizada é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa. A aquisição é realizada com custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. As contas a pagar aos fornecedores referentes a compra de *commodity* agrícola com preço a fixar, são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos e, subsequentemente, o valor justo atrelado a uma variação do preço de *commodity* agrícola é ajustado pela cotação da *commodity* agrícola no mercado físico, em contrapartida dos saldos de estoque de *commodities* agrícolas ou do custo dos produtos vendidos. As aquisições a prazo são sujeitas ao ajuste a valor presente. A taxa de desconto utilizada é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa. A aquisição é realizada com custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. As contas a pagar aos fornecedores referentes a compra de *commodity* agrícola com preço a fixar, são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos e, subsequentemente, o valor justo atrelado a uma variação do preço de *commodity* agrícola é ajustado pela cotação da *commodity* agrícola no mercado físico, em contrapartida dos saldos de estoque de *commodities* agrícolas ou do custo dos produtos vendidos. As aquisições a prazo são sujeitas ao ajuste a valor presente. A taxa de desconto utilizada é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa. A aquisição é realizada com custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. As contas a pagar aos fornecedores referentes a compra de *commodity* agrícola com preço a fixar, são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos e, subsequentemente, o valor justo atrelado a uma variação do preço de *commodity* agrícola é ajustado pela cotação da *commodity* agrícola no mercado físico, em contrapartida dos saldos de estoque de *commodities* agrícolas ou do custo dos produtos vendidos. As aquisições a prazo são sujeitas ao ajuste a valor presente. A taxa de desconto utilizada é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa. A aquisição é realizada com custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. As contas a pagar aos fornecedores referentes a compra de *commodity* agrícola com preço a fixar, são registradas pelo

Outros ativos incluem, substancialmente: (i) ativos mantidos para a venda, relativo a bens recebidos por diação em pagamento de contas a receber renegociados, não há valores na controladora e R\$32.264 no consolidado; (ii) valores a receber dos ex-sócios de empresas adquiridas, cuja responsabilidade está prevista nos respectivos contratos de aquisição das adquiridas, no montante de R\$5.427 na controladora e R\$20.265 no consolidado; e (iii) despesas antecipadas, substancialmente, com seguro e taxas de distribuição com FIDC Fiagro, no montante de R\$15.002 na controladora e R\$19.424 no consolidado. Outros passivos incluem, substancialmente: (i) provisões de multas oriundas do Pedido de Recuperação Judicial (nota 1.4.8) no montante de R\$2.993 na controladora e R\$85.239 no consolidado; (ii) multa contratual ("wash out"), não há valores na controladora e R\$59.516 no consolidado; e (iii) provisões e pagamentos diversos, no montante de R\$20.169 na controladora e R\$271.815 no consolidado. 3.3.21 Dividendos e juros sobre o capital próprio: A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos do Agrogalaxy, que estabelece que o dividendo mínimo anual 25% do lucro líquido ajustado consolidado no exercício e, desde que declarados antes do final do exercício. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na conta contábil dividendos adicionais propostos, no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante. Os juros sobre o capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela Companhia aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício. A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas, quando aplicável, nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados. 3.3.22 Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais. 3.2.33 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes: Conforme divulgado na nota 2, a Diretoria utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requerem um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir. (i) continuidade operacional (1.4.8.5); (ii) controle, influência significativa e consolidação (nota 1.1); (iii) PECLD (nota 6); (iv) taxa de desconto para cálculo do ajuste ao valor presente de contas a receber e fornecedores (nota 6 e 16); (v) provisão para perdas nos estoques (nota 7); (vi) análise anual do valor recuperável de tributos diferidos e a recuperar (nota 8 e 9); (vii) incertezas sobre o tratamento do imposto de renda (nota 8); (viii) análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) (nota 12); (ix) análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 11 e 12); (x) vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida (notas 11 e 12); (xi) taxa de desconto para cálculo do ajuste ao valor presente do passivo de arrendamento (nota 13); (xii) provisão para passivos judiciais (nota 18); (xiii) pagamento baseado em ações (nota 20); (xiv) valor justo de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos (nota 22); (xv) estoques de commodities agrícolas (nota 22); (xvi) transferência de controle para reconhecimento da receita (nota 25); e (xvii) determinação da receita com a venda de insumos agrícolas com a liquidação em ativo não financeiro (nota 25). Adicionalmente, em função do Pedido de Recuperação Judicial (nota 1.4.8), em comparação com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia também revisou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os seguintes temas: (i) suspensão da exigibilidade de passivos incluídos no Pedido de Recuperação Judicial (notas 14, 15, 16 e 20); (ii) determinação de registrar os encargos financeiros até a data do Pedido de Recuperação Judicial, conforme determinado no artigo 6º, inciso II da Lei nº 11.101/2005 (notas 14.2, 15.1 e 16.1); e (iii) determinação de registrar a variação cambial até a data do Pedido de Recuperação Judicial, conforme determinado no artigo 9º, inciso II da Lei nº 11.101/2005 (notas 14.2 e 15.1). A Diretoria revisa a cada período de reporte as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia no período em que tais revisões são efetuadas. 3.3.3 Novas normas, revisões e interpretações ainda não adotadas: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda não adotadas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não esperar um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. 3.3.1 Alterações ao CPC 36(R3)/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto: venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada): Alterações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto, contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial, são reconhecidos no resultado da controladora proporcionalmente às participações dos investidores não relacionados a essa coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Da mesma maneira, os ganhos ou as perdas resultantes da remuneração de investimentos retidos na antiga controlada, que tenha se tornado coligada ou empreendimento controlado em conjunto contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações dos investidores não relacionados na nova coligada ou empreendimento controlado em conjunto. 3.3.2 Alterações ao CPC 02 (R2)/IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: ausência de permutabilidade (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2025): A alteração emitida em agosto de 2023, traz requerimentos para que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se sua moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas. Nesse contexto, a permutabilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não consegue obter mais da que uma quantidade insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia: (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira; (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis. 3.3.3 Resolução CVM nº 193/2023 - Elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2025. Permitida a adoção voluntária para períodos anuais em 1 de janeiro de 2024): Em 20 de outubro de 2023, a CVM emitiu a Resolução nº 193/2023 que dispõe sobre a elaboração e a divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board ("ISSB") pelas companhias abertas, fundos de investimento e companhias securitizadoras, sendo a adoção: (i) voluntária: a partir dos exercícios sociais iniciados em/ou após 1 de janeiro de 2024; ou (ii) obrigatoria: a partir dos exercícios sociais iniciados em/ou após 1 de janeiro de 2026. A Companhia adotará a referida resolução a partir dos exercícios sociais iniciados em/ou após 1 de janeiro de 2026. 3.3.4 IFRS 18 - Presentation and Disclosure in the Financial Statements em substituição IAS 1 - Presentation of Financial Statements correspondentes ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2027): O IASB deve emitir em abril de 2024, o IFRS 18 em substituição IAS 1 correspondentes ao CPC 26 (R1), no qual são introduzidas melhorias em relação aos requisimentos de apresentação e divulgação com foco na Demonstração do Resultado do Exercício ("DRE"). As novas divulgações incluem os seguintes requerimentos: (i) novas categorias e subtotais obrigatórios na DRE: o IFRS 18 introduz 3 ("três") categorias definidas na estrutura da DRE, com a inclusão de novos subtotais e classificação em operacional, investimento e financiamento. Com isso, o IFRS 18 exigirá a apresentação de 2 ("dois") novos subtotais definidos na DRE, o lucro operacional e o lucro antes dos juros e impostos sobre o lucro; (ii) divulgações em notas explicativas sobre métricas não-GAAP (management-defined performance measures - MPMS); e (iii) melhora na agregação e desagregação de informação na DRE introduzindo requisitos específicos de saldos denominados como outros e apresentação de despesas operacionais especificadas por natureza, incluídas em cada linha de acordo com sua natureza. Esta norma será objeto de consulta pública pela CVM em 2024 para que seja realizada a conversão do IFRS 18. 3.3.5 Decisão da agenda do IFRIC sobre a divulgação de receitas e despesas para segmentos reportáveis (CPC 22 / IFRS 8): Em julho de 2024, o IASB aprovará uma decisão da agenda do IFRIC em relação ao relatório de segmentos reportáveis. A decisão trata de como uma entidade aplica os requisitos do parágrafo 23 do IFRS 8 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento. A Companhia está avaliando o conteúdo dessa decisão do IFRIC e não espera alterações no formato de divulgações por informação por segmento, pois não foi alterada a forma de gestão e a maneira com o que a diretoria e os stakeholders analisam o negócio. 3.3.6 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Aplicável para período anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2026): Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas: (i) esclarecem a data de reconhecimento e o desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros líquidos por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro; (ii) esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros; (iii) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e (iv) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. 3.3.7 IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2027): Emitido em maio de 2024, o IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as normas contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado	
	Taxa média % a.a.	31/12/2024 31/12/2023
Caixa		7.006 2.979
Bancos	1,00% a 100,00% do CDI - 2024	44.520 55.047
Equivalentes de caixa ⁽¹⁾	(78,50% a 102,50% do CDI - 2023)	423.956 680.280
		475.482 738.306

1) Inclui, substancialmente, aplicações compromissadas e Certificado de Depósito Bancário ("CDB") em bancos considerados de 1º. linha. Em 31 de dezembro de 2024, na controladora, o saldo de bancos é R\$22.377, substancialmente, representado por aplicações em CDB com taxa de 100% do CDI (R\$190.182), substancialmente, representado, por aplicações em fundo de investimento com taxa de 100,00% do CDI, em 31 de dezembro de 2023.

5. ATIVOS FINANCEIROS

	Consolidado	
	Taxa média % a.a.	31/12/2024 31/12/2023
Aplicações em títulos de renda fixa ⁽¹⁾	100,00% do CDI - 2024 (100,00% do CDI - 2023)	74.682 115.001
	99,00% a 100,00% do CDI - 2024 (99,00% a 103,90% do CDI - 2023)	101.238 319.580
		175.920 434.581
Circulante	60 309.105	
Não circulante	175.860 125.476	

1) São adquiridas em conexão com determinadas operações de securitização e emissão de CRAs (nota 16) e FIDC Fiagro (nota 1.4.4). Em 31 de dezembro de 2024, a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedidos em conexão às cotas subordinadas e mezanino e contas centralizadoras, estão limitadas entre 1,22% a 20,05% do valor da emissão. Adicionalmente, a Companhia não incorre e não espera incorrer em quaisquer perdas relacionadas a não liquidez da carteira de recebíveis cedidos, que as operações de securitização remanescentes não requerem a substituição dos recebíveis, pois a obrigação é justificar a realização das vendas e/ ou são operações sem direito de regresso. 2) Em 31 de dezembro de 2024, em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, ocorrido em 18 de setembro de 2024, determinadas instituições financeiras executaram os depósitos em garantia ("escrow account") que estavam atrelados a empréstimos e financiamentos e reciprocidade com vencimento para resgate (nota 15). O saldo remanescente é representado, substancialmente, por notas comerciais, adquiridas em conexão com o FIDC Fiagro (nota 1.4.4). Em 31 de dezembro de 2024, na controladora, o saldo de ativos financeiros é de R\$172.452, substancialmente, representado, por cotas subordinadas e mezanino e contas centralizadoras e aplicações financeiras, com taxa de 100,00% do CDI (R\$108.819, substancialmente, representado, por cotas subordinadas e contas centralizadoras, com taxa de 100,00% do CDI, em 31 de dezembro de 2023).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	Taxa média % a.a.	31/12/2024 31/12/2023
Contas a receber		1.506.721 2.630.774
Partes relacionadas (nota 20.1)		18.051
Títulos securitizados ⁽¹⁾	878.167 1.060.948	
Transações de barter ⁽²⁾	18.258 65.330	
Outras	25.876	
(-) PECLD	(1.159.410) (236.175)	
Circulante	988.142 3.327.372	
Não circulante	255.594 237.432	

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1) A Companhia realiza cessões de crédito que são atrelados a empréstimos e financiamentos e a operações de securitização e emissão de CRAs, onde não há transferência substancial, à contraparte, de todos os riscos e benefícios associados aos ativos, e dessa forma, esses títulos não são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. Consequentemente, o passivo resultante dessas operações está registrado nas rubricas de empréstimos e financiamentos e de obrigações por cessão de crédito (notas 15 e 16). 2) Compreende as operações na modalidade barter, que consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (commodities agrícolas) em substituição do pagamento em caixa. São tratados como contrato a termo, sendo um instrumento financeiro que é inicialmente reconhecido a valor justo e posteriormente, remunerado a cada data de fechamento de balanço. A Companhia realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência de controle à contraparte de todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma esses títulos são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. O impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$970.860 no consolidado resultado da colheita do produtor (notas 1.4.4). Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio das Contas a receber de clientes para o pagamento em caixa. São tratados como contrato a termo, sendo um instrumento financeiro que é inicialmente reconhecido a valor justo e posteriormente, remunerado a cada data de fechamento de balanço. A Companhia realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência de controle à contraparte de todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma esses títulos são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. O impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$970.860 no consolidado resultado da colheita do produtor (notas 1.4.4). Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio das Contas a receber de clientes para o pagamento em caixa.

6.2 Análise dos vencimentos

1) Inclui variações cambiais não realizadas (liquidações), provisões para ajustes relativos a operações de compras e vendas com preços a fixar, provisões para frete, dissídios e arrendamentos.

8.2 Movimentação do saldo líquido dos impostos diferidos

	Reclassificação	31/12/2023	Reconhecido (reclassificação) no resultado	31/12/2024
--	-----------------	------------	--	------------



A Teld é responsável por 42% da produção de carregadores elétricos na China

NO DAIA

Multinacional de carregadores elétricos vai se instalar em Anápolis

Investimento, segundo Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços, será de R\$ 100 milhões

REDAÇÃO

A multinacional Teld Eco Charger, da China, vai se instalar em Anápolis. A empresa assinará, nesta semana, protocolo de intenções que consolidará um investimento estimado de R\$ 100 milhões no Daia, de acordo com a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços de Goiás.

O titular da pasta, Joel Sant'Anna Braga Filho, embarcou na segunda-feira (21) para Qingdao, na China, para o evento.

A Teld é responsável por 42% da produção de carregadores elétricos na China e figura entre os principais fabricantes globais de equipamentos para carros e ônibus elétricos. Em Goiás, além da unidade fabril em Anápolis, a empresa

também vai implantar três eletropostos de carregamento rápido em Goiânia, com tempo estimado de até 20 minutos por recarga, sendo a primeira do setor a oferecer esse tipo de infraestrutura no estado.

“A chegada da Teld é resultado do trabalho do Governo de Goiás e das missões oficiais realizadas ao gigante asiático, com foco na atração de novas indústrias. A concretização da vinda de uma das maiores empresas do mundo nesse segmento mostra a força da economia goiana e posiciona o estado na vanguarda do desenvolvimento sustentável”, comemora Joel Sant'Anna.

MISSÕES INTERNACIONAIS

O Governo de Goiás ob-

teve êxito com a agenda comercial que fez na China. Um exemplo bem-sucedido é a instalação da gigante Weichai, também chinesa, em Itumbiara, resultado da missão liderada pelo governador Ronaldo Caiado.

Já a parceria com a Teld nasceu de tratativas iniciadas em novembro do ano passado, durante uma missão oficial coordenada por Joel Sant'Anna, com participação do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás. Na ocasião, foram realizadas visitas técnicas e estudos para a implantação de carregadores elétricos em novos empreendimentos, além da articulação que culminou na instalação da fábrica em Anápolis e dos três eletropostos em Goiânia.

PLANETTA ENGENHARIA torna público que a empresa **MP BORGES LATICÍNIO SANTA LUZIA LTDA, CNPJ: 30.588.002/0001-04**, Requeru à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA de Alexânia-GO, a Renovação da Licença Ambiental de Funcionamento N° 041/2019 para atividade de Preparação do Leite e Fabricação de Laticínios, na Fazenda Santa Luzia, Rod. GO 139, Km 16 à Direita, Zona Rural, Alexânia - GO.

PLANETTA ENGENHARIA torna público que a empresa **MP BORGES LATICÍNIO SANTA LUZIA LTDA, CNPJ: 30.588.002/0001-04**, Recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA de Alexânia-GO, a Licença Ambiental de Funcionamento N° 041/2019, vencimento em 31/07/2023, para atividade de Preparação do Leite e Fabricação de Laticínios, na Fazenda Santa Luzia, Rod. GO 139, Km 16 à Direita, Zona Rural, Alexânia - GO.

PLANETTA ENGENHARIA torna público que a empresa **ANTONELLI E VITORINO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS II LTDA, CNPJ: 42.911.923/0001-45**, Recebeu da Secretaria de Obras, Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Anápolis, a Licença Ambiental de Funcionamento de N° 132/2025, Processo N° 01111.00036229/2024-09, datada de 10/04/2025, com vencimento em 10/04/2029 para Atividades de Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores, Comércio Varejista de Lubrificantes na Avenida Mato Grosso N° 900, Bairro: Jundiaí, Anápolis - GO.

Especialista explica por que atletas amadores se lesionam mais que os profissionais

Fisioterapeuta da Anapolina, Cícero Júnior alerta para os riscos da prática esportiva sem orientação e ensina como prevenir lesões com estratégias simples e eficazes

JANAYNA CARVALHO

A rotina de atletas amadores pode parecer leve à primeira vista, mas segundo o fisioterapeuta Cícero Júnior, da Associação Atlética Anapolina, a falta de planejamento e cuidado com o corpo torna esse grupo ainda mais propenso a lesões do que os profissionais. A ausência de preparação física adequada, a negligência com os sinais do corpo e a execução errada de técnicas são apenas alguns dos fatores que elevam o risco de lesões sérias em quem pratica esportes como futebol e corrida de rua de forma recreativa, mas sem o devido acompanhamento.

De acordo com o especialista, um dos erros mais recorrentes está na falta de respeito aos próprios limites. Muitos atletas amadores seguem treinamentos desorganizados e ignoram sinais de fadiga muscular. A sobrecarga contínua, somada à ausência de descanso entre os treinos, acaba resultando em lesões que poderiam ser evitadas. “Eles deixam a sobrecarga tomar de conta, gerando fadiga muscular que vai evoluir para lesão. E ainda fazem movimentos errados sem supervisão, o que sobrecarrega articulações e musculaturas”, explica.

Outro fator determinante e ainda ignorado por muitos praticantes é a ausência de um bom aquecimento antes da atividade física. Cícero destaca que o aquecimento adequado é fundamental para preparar músculos e articulações, reduzindo significativamente o risco de lesões. “Estudos recentes mostram que o aquecimento pode reduzir em até 50% o risco de lesões. Ele prepara o corpo para as demandas do exercício, por isso é essencial não ignorar essa etapa”, enfatiza.

Ele ainda diferencia as dores comuns do esforço físico daquelas que indicam o início de uma lesão. Enquanto a dor do esforço costuma ser difusa, passageira e relacionada ao acúmulo de ácido lático, a dor do início de uma lesão é mais aguda, localizada e persistente. “Ela piora com a continuidade da atividade e pode alterar até a mecânica corporal. Um exemplo clássico é o estiramento de isquiotibiais em jogadores que dão piques rápidos. A dor aparece na hora e indica que algo mais sério aconteceu”, conclui.

BALANÇO

Tráfego nas rodovias que cortam Anápolis cresce 15% no feriado

Mais de 240 mil veículos passaram pelas BRs 153, 414 e 080 no trecho goiano, aponta concessionária Ecovias Araguaia

EMILLY VIANA

O trecho das rodovias BRs 153, 414 e 080 que corta Anápolis registrou aumento de 15% no fluxo de veículos durante o feriado prolongado da Semana Santa e de Tiradentes, entre quinta (17) e esta segunda-feira (21), em comparação com o mesmo período do ano passado. Os dados foram divulgados pela concessionária Ecovias do Araguaia, responsável pela administração do trecho entre Anápolis e Aliança do Tocantins.

Segundo a empresa, mais de 240 mil veículos trafegaram pelas rodovias no segmento goiano, entre Anápolis e Porangatu. No total, quase 300 mil veículos utilizaram as vias concedidas no feriado



No total, quase 300 mil veículos utilizaram as vias concedidas no feriado

zaram as vias concedidas no feriado, um crescimento de 13% em relação ao ano passado. No trecho tocantinense,

entre Talismã e Aliança, o aumento foi de 6%, com mais de 55 mil veículos.

Além do aumento no tráfego,

a concessionária também registrou 30 acidentes, sendo que 20 não resultaram em vítimas com ferimentos. Nove

acidentes deixaram pessoas feridas e uma ocorrência teve vítima fatal. Durante os cinco dias de operação especial, a Ecovias Araguaia realizou mais de 400 atendimentos operacionais, incluindo 240 socorros mecânicos e 67 atendimentos médicos.

Para garantir o suporte ao aumento no movimento, a concessionária reforçou o efetivo com 408 profissionais e 55 veículos, incluindo 20 ambulâncias – quatro delas com suporte de UTI móvel – além de guinchos leves e pesados, caminhões de combate a incêndio e viaturas de inspeção. A estrutura foi mantida em operação durante todo o feriado, com guinchos extras para casos emergenciais.

ARTIGO



POR DEL BERNARDO

Durante anos, Anápolis foi reconhecida como um modelo de política social no estado de Goiás. Os programas de assistência eram bem estruturados, os serviços de base e especial funcionavam de forma eficaz, havia presença ativa nos bairros e um esforço visível para alcançar os mais vulneráveis com dignidade. Era comum ver o município sendo citado em congressos, seminários e reuniões técnicas como exemplo de gestão humanizada e eficiente. Hoje, porém, essa imagem parece pertencer a um passado distante.

A cidade enfrenta um processo de desmonte silencioso e contínuo das políticas sociais. Esse desmonte não se dá apenas pela falta de recursos, mas principalmente por decisões administrativas que ignoram a importância da assistência social como política pública essencial. Medidas simples, que antes facilitavam o acesso da população aos seus direitos, foram abandonadas. Serviços inteiros deixaram de existir. Estruturas antes sólidas foram desmontadas.

Um dos maiores símbolos desse retrocesso foi o fim da solicitação de cestas básicas via WhatsApp, o chamado "Zap da Prefeitura". O sistema, que permitia a solicitação remota do benefício, funcionava de forma prática: o pedido era regis-

Entre Palcos e Bastidores

Política Social em Ruínas: Uma Cidade Que Deixou de Cuidar

trado, encaminhado à Secretaria de Integração, e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) realizavam visitas e organizavam a entrega. Simples, direto, eficaz. Agora, para acessar o benefício, a pessoa precisa ir até o CRAS. Para muitas famílias, isso representa um obstáculo quase intransponível, pois o custo de um transporte pode significar a diferença entre comer ou não naquele dia.

Esse não é um caso isolado. A situação das pessoas em situação de rua também expõe o colapso do sistema. O Centro POP, que deveria oferecer triagem, encaminhamentos e apoio para essa população, já não atua como antes. As comunidades terapêuticas, que prestam serviços importantíssimos na recuperação e reinserção social, estão com repasses financeiros da prefeitura atrasados. O resultado é o abandono completo de pessoas que já vivem em extrema vulnerabilidade, sem rede de apoio, sem acolhimento e sem perspectivas.

Outro grupo profundamente impactado é das mulheres vítimas de violência. Num momento em que os números da violência doméstica crescem no país, Anápolis se vê sem estruturas básicas de acolhimento. Entidades que atendem essas mulheres estão sem receber os repasses desde dezembro.

A Casa da Mulher Anapolina, um espaço que deveria oferecer acolhimento, orientação e proteção, ficou fechada por tempo indeterminado.

Só foi reaberta recentemente em novo local, após intervenção direta do Ministério Público. Essa ausência de ação não é apenas administrativa – é institucional. É como se o poder público tivesse virado as costas para uma das pautas sociais mais urgentes do nosso tempo.

Também foi encerrado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, antigo Programa Integração. Ele oferecia oficinas, rodas de conversa, atividades culturais e apoio psicossocial a crianças e adolescentes. Era um espaço de pertencimento, de construção de vínculos e de prevenção de situações de risco. A interrupção desse serviço enfraquece a base comunitária, desfaz redes de apoio e compromete o futuro de muitos.

A lista de retrocessos não para por aí. Abrigos de idosos e instituições que atendem crianças têm se mantido com repasses estaduais e federais (emendas e verbas) e com os provenientes do Fundo do Idoso e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Mas a contrapartida municipal – que é uma obrigação – simplesmente não acontece. Não há visitas técnicas, não há suporte, não há diálogo. Apenas silêncio.

Nos distritos da cidade, como em Goialândia, a realidade é ainda mais dura. Ali, onde já existiu um trabalho social atuante, os CRAS foram fechados e nenhuma alternativa foi apresentada. A população clama por respostas, in-

clusiva através da imprensa, mas não encontra retorno. É o retrato da exclusão dentro da exclusão: os distritos da cidade esquecidos pela gestão central.

Outro episódio emblemático foi o fechamento de um dos restaurantes populares da cidade. A justificativa oficial foi que o espaço não atendia aos padrões sanitários exigidos. O problema não está apenas no fechamento, mas na ausência de transparência sobre a solução apresentada. Outro restaurante popular passou a produzir as refeições e entregá-las de forma inadequada e, segundo os usuários, em quantidade insuficiente.

Mas as dúvidas são: houve aditivo contratual? Licitação? Como um restaurante contratado para atender uma demanda passou a atender outra sem nova formalização? A falta de clareza alimenta a desconfiança.

As ações itinerantes dos "Voluntários do Coração", diretoria que levava serviços sociais diretamente aos bairros – como o cadastramento no CadÚnico e distribuição de cestas básicas –, também desapareceram. Esse trabalho era essencial justamente por levar dignidade e apoio onde a estrutura do Estado não chegava. Com o fim dessas ações, foi-se também a proximidade, o acolhimento, o olhar humano.

E não se pode deixar de citar o tratamento desigual que algumas instituições do terceiro setor rece-

bem da gestão. Enquanto várias entidades sérias e históricas seguem sem receber nenhum apoio, outras – curiosamente ligadas a figuras próximas ao núcleo político da administração – continuam sendo contempladas com recursos e parcerias. A isso, parte da sociedade passou a se referir como a "política dos amigos do rei". Para alguns, tudo. Para os demais, nada.

Talvez o aspecto mais grave de todo esse processo seja a ausência de diálogo. Há um consenso entre servidores, técnicos, entidades assistenciais, lideranças e o terceiro setor: a atual Secretaria de Integração não escuta. A postura prepotente, a recusa em abrir espaços de construção coletiva e a dificuldade em reconhecer os erros têm isolado a gestão. Criou-se um abismo entre o poder público e o terceiro setor, entre a secretaria e os que atuam na ponta.

O que se vê é um colapso. Cestas básicas escassas, serviços interrompidos, estruturas desmontadas, instituições fragilizadas e comunidades inteiras desassistidas. É um abandono sistemático, que desmonta aquilo que fez de Anápolis uma referência.

Este artigo não é um ataque. É um alerta. Porque, quando o social para, a dor aumenta. E quando o poder público se omite, ele falha em sua missão mais básica: CUIDAR DE PESSOAS.

Por Del Bernardo

CULTURA

Crianças terão entrada gratuita para peça "Cartas do Vô Chico"

Catavento Cia Circense volta à cidade com peça voltada ao público infantil, unindo teatro, dança e circo para contar uma história encantadora sobre família e aventura

LARA DUARTE

O Teatro Municipal de Anápolis recebe, na próxima sexta-feira, 25 de abril, às 19h30, o espetáculo infantil

"Cartas do Vô Chico", da Catavento Cia Circense. A apresentação é gratuita e promete encantar crianças e adultos com uma história sensível, divertida e cheia de surpresas. Combinando números circenses, música ao vivo, dança e teatro, a peça celebra o universo lúdico das cartas antigas e das memórias afetivas, tudo sob a perspectiva de uma neta que descobre o passado misterioso de seu avô.

Essa é a primeira circulação do espetáculo, que também será apresentado nas cidades de Goiás e Goianésia. Em Anápolis, além da sessão noturna aberta ao público, o grupo fará duas sessões diárias para estudantes da rede pública de ensino.

Com direção geral de Felipe Nicknig, direção de arte de Pedro Souza e roteiro assi-



Essa é a primeira circulação do espetáculo, que também será apresentado nas cidades de Goiás e Goianésia

nado por Hélio Fróes, o espetáculo marca um novo passo da companhia, voltado especialmente ao público infantil. A estreia aconteceu em junho de 2024, e desde então o projeto vem sendo lapidado para tocar o público com sua proposta sensorial e afetiva.

A trama acompanha Lúcia Valentina, uma jovem de 15 anos que encontra antigas

cartas escritas por seu avô, Vô Chico, um ex-artista de circo que desapareceu misteriosamente. A partir dessas correspondências, a menina mergulha em um universo mágico, repleto de aventuras e cidades fantásticas, reencontrando o avô através de suas histórias e memórias.

Segundo o diretor Felipe Nicknig, circular com o espe-

táculo é uma forma de amadurecer o trabalho e, principalmente, se conectar com o público. "A circulação dos espetáculos é esse encontro bonito e transformador. Ninguém sai igual depois de uma peça. Nós, diretores, artistas, público, todos nos transformamos com essa troca", afirma.

Anápolis já tem uma re-

lação com a Catavento: em 2023, a companhia apresentou na cidade o espetáculo "Hiato". Agora, o grupo retorna para consolidar esse vínculo e apresentar um projeto que aposta no lúdico para falar de temas universais como amor, pertencimento e autoaceitação.

Além de encantamento visual e sonoro, "Cartas do Vô Chico" também tem um olhar cuidadoso para a musicalidade: a trilha sonora original, composta por Fernando Assis, é executada ao vivo e cria uma atmosfera envolvente que transporta o espectador diretamente para dentro da história.

Com uma ficha técnica robusta e elenco formado por artistas circenses experientes e músicos ao vivo, o espetáculo promete uma noite inesquecível para as famílias anapolinas. A apresentação faz parte de um projeto contemplado pela Política Nacional Aldir Blanc, com apoio da Secretaria Estadual de Cultura.

Governo de Goiás oferece curso gratuito de confeitoraria em Anápolis para o Dia das Mães

Capacitação prática no Cotec Anápolis prepara empreendedores locais para a data comemorativa e possibilita acesso ao Crédito Social

LARA DUARTE

O Colégio Tecnológico Governador Onofre Quinan, unidade do Cotec em Anápolis, está com inscrições abertas até o dia 10 de junho de 2025 para o curso gratuito "Confeitoraria com amor de mãe: Cestas Personalizadas para o Dia das Mães". A iniciativa faz parte do programa Goiás Social, coordenado pela Secretaria da Retomada em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio do Centro de Educação, Trabalho e Tecnologia (CETT). Com carga horária de 80 horas, a formação tem como objetivo capacitar jovens e adultos a partir de 16 anos que tenham, no mínimo, o ensino fundamental incompleto.

O curso será presencial e terá início assim que cada turma preencher todas as vagas disponíveis



O curso será presencial e terá início assim que cada turma preencher todas as vagas disponíveis

vagas disponíveis. Os participantes aprenderão desde a escolha dos ingredientes até as técnicas de preparo de doces e montagem criativa de cestas personalizadas, com foco na data comemorativa do Dia das Mães. Além das habilidades práticas, o conteúdo programático inclui aulas de marketing, precificação e estratégias de ven-

da, com orientações sobre divulgação nas redes sociais, relacionamento com clientes e organização das encomendas.

As inscrições podem ser feitas presencialmente na sede do COTEC Anápolis ou pelo site oficial do programa, no endereço cotec.org.br, na seção "Detalhes do Curso". Como os cursos são gratuitos

e as vagas limitadas, a recomendação é que os interessados garantam a matrícula o quanto antes.

Um dos principais atrativos da capacitação é a possibilidade de acesso ao Crédito Social, benefício voltado a alunos que comprovarem vulnerabilidade socioeconômica, seja por cadastro ativo no CadÚnico ou por meio de avaliação da assistência social estadual. O valor, de até R\$ 5 mil, é repassado em parcela única e deve ser usado para aquisição de materiais, utensílios e ferramentas essenciais para o início das atividades empreendedoras com as técnicas aprendidas no curso. O uso do recurso é restrito à cidade onde a capacitação foi concluída, no caso, Anápolis.

O incentivo financeiro é exclusivo para maiores de 18 anos e integra as ações coor-

denadas pela primeira-dama do estado, Gracinha Caiado, com o objetivo de impulsionar a geração de renda entre as populações mais vulneráveis do estado. Segundo o Governo de Goiás, a medida visa transformar o aprendizado em oportunidade real de empreendedorismo, especialmente em datas de grande movimentação no comércio, como o Dia das Mães.

Com estrutura moderna, o Cotec Anápolis oferece laboratórios bem equipados para aulas práticas de culinária, incluindo bancadas, fornos, utensílios profissionais e espaços pedagógicos adequados. Os cursos serão ministrados por professores qualificados e com sólida experiência prática no mercado, o que garante uma formação dinâmica, completa e alinhada às exigências reais do setor.

HISTÓRICO

No quinto ano seguido longe da elite, Anapolina quer parar de bater na trave

Após quatro anos o clube se prepara outra vez para a competição, o objetivo é reconquistar sua vaga na primeira divisão do Goianão

JANAYNA CARVALHO

Apesar da história e tradição no futebol goiano, a Associação Atlética Anapolina vai em 2025 para seu quinto ano consecutivo na Divisão de Acesso do Campeonato Goiano. Um time que já foi protagonismo e pedra no sapato dos grandes, hoje luta para reconquistar seu lugar na elite do futebol do estado. Ao longo dos últimos quatro anos, a equipe até chegou perto do retorno, mas bateu na trave em todas elas e frustrou os torcedores.

Na edição de 2021, a Anapolina iniciou sua campanha com um desempenho instável, mas cheio de vontade de lutar pelo acesso à elite. A estreia foi em 3 de outubro, contra o Morrinhos, no Centro Esportivo João Vilela, com uma derrota por 2 a 1. No entanto, o time reagiu rapidamente, vencendo o Aparecida por 4 a 1 na segunda rodada. Com

destaque para o atacante Sávio, autor de três gols naquela partida, a Xata demonstrou seu potencial ofensivo. Em seguida, teve um desempenho misto, com empates e derrotas apertadas, incluindo uma derrota por 1 a 0 para o Goiânia, um dos favoritos da competição. Ao final da fase de grupos, o time não conseguiu garantir o acesso.

Em 2022, a Rubra novamente teve um desempenho sólido, embora com dificuldades em jogos decisivos. Com uma campanha de 1 vitória, 2 empates e 3 derrotas, a equipe mostrou resiliência, mas não conseguiu avançar para as fases finais.

O ano de 2023 foi uma nova oportunidade para a Anapolina brigar pelo tão sonhado acesso. Com uma campanha sólida na fase de grupos, o time terminou na 3ª colocação, a apenas um ponto de garantir o retorno à elite do futebol goiano. A equipe teve



Um time que já foi protagonismo e pedra no sapato dos grandes, hoje luta para reconquistar seu lugar na elite do futebol do estado

um desempenho equilibrado, com vitórias importantes como a conquista de três pontos contra o Aparecida, fora de casa, e outros momentos de grande competitividade, como o empate em 1 a 1 contra o Inhumas. Porém, novamente não foi o suficiente para garantir a promoção, ficando com o sabor amargo de estar tão perto do objetivo.

Em 2024, a equipe colorada voltou à carga, com o foco

renovado. O time começou a competição com uma vitória importante por 2 a 1 contra o Centro-Oeste e seguiu sua trajetória com um desempenho positivo em campo, registrando vitórias, empates e algumas derrotas que poderiam ser evitadas, como a sofrida por 1 a 0 contra o Goiânia. O time parecia estar se aproximando do sonho do acesso, mas o equilíbrio da competição e o alto nível dos adversários fizeram

com que a equipe permanecesse novamente em 3º lugar, frustrando as expectativas da torcida e do elenco.

A Divisão de Acesso do Campeonato Goiano de 2025 mantém o formato dos últimos anos, com duelos entre todos - em turno e returno - e disputa por pontos corridos, com os dois primeiros classificados à elite do ano seguinte. No entanto, houve uma alteração no regulamento. Nesta edição, apenas o lanterna será rebaixado para a Terceira Divisão, uma vez que a Segunda volta a ter dez clubes em 2026, com três promovidos da Terceirona neste ano.

A competição começará em 21 de maio e se encerrará em 3 de agosto de 2025, com um total de 14 datas para os jogos. Os oito clubes participantes serão Anapolina, Centro-Oeste, Grêmio Anápolis, Iporá, Morrinhos, Rio Verde, Trindade e Tupy de Jussara.

Kiryos projeta futuro promissor com calendário nacional em 2025

Projeto de Anápolis disputa principais competições do país e busca novos patrocinadores para apoiar iniciativa com mais de 600 atletas

JANAYNA CARVALHO

Com mais de 600 jovens atletas envolvidos e um calendário competitivo de alto nível em 2025, o projeto KRG, sediado em Anápolis, se consolida como uma das principais potências do futsal de base em Goiás. Fruto da união entre três tradicionais escolinhas da cidade — Kiryos Futsal, Gol de Placa e RR —, o projeto avança a passos largos nas competições estaduais e nacionais, com classificações importantes e metas ambiciosas para o futuro.

Neste ano, o Kiryos já disputa a Copa Goiás nas categorias que vão do sub-7 ao sub-17, com a classificação garantida para as fases eliminatórias em praticamente todas elas. Em maio, a equipe entra em quadra pelo Campeonato Metropolitano e, em setembro, representa o estado no Campeonato Goiano. Além disso, em agosto, será a vez de enfrentar um dos maiores desafios da temporada: a Taça Brasil de Futsal, na categoria

sub-13, competição organizada pela Confederação Brasileira de Futsal (CBFS), que acontecerá em Goiânia entre os dias 10 e 16.

A vaga foi conquistada em 2024 com o título da categoria, e agora o Kiryos Futsal, que é a entidade federada dentro do projeto, volta à disputa como legítimo representante goiano. Ainda neste ano, o grupo deve retornar à Liga Candanga, tradicional torneio interestadual que envolve equipes do Distrito Federal e entorno.

Apesar do calendário recheado, as dificuldades ainda existem. "Nossa objetivo é proporcionar o desenvolvimento desses atletas, para que eles vivam o esporte de alto rendimento e possam ter oportunidades em grandes clubes. Mas isso só acontece com estrutura, apoio e investimento", afirma o professor Salatiel Gomes, idealizador da Kiryos e um dos coordenadores do KRG.

Fundada em 2007, a Kiryos Futsal nasceu com propósito e identidade. O nome, que vem do

grego e significa Senhor ou Mestre, foi sugestão de um fiel da igreja frequentada por Salatiel, e traduz a visão de um projeto que vai além das quatro linhas. De lá pra cá, a equipe acumulou conquistas estaduais importantes — como a Copa Goiás e o Campeonato Goiano — e, desde 2019, passou a disputar também as competições federadas.

O salto de qualidade veio em 2023, com a união das três escolas. Desde então, o KRG tem se fortalecido como referência na formação de atletas. Sob a coordenação de Salatiel, Cristiano (Gol de Placa) e Rogério Garcês (RR), o projeto já revelou talentos como Wendel, que hoje integra as categorias de base do Flamengo.

Para manter o ritmo e ampliar a atuação, o KRG busca novos apoiadores. "As viagens, a alimentação, hospedagem e o transporte dos meninos demandam recursos. Ter uma van ou ônibus, por exemplo, muda tudo. Hoje, contamos com algumas parcerias, mas



Neste ano, o Kiryos já disputa a Copa Goiás nas categorias que vão do sub-7 ao sub-17, com a classificação garantida para as fases eliminatórias

precisamos de mais. O apoio do poder público e das empresas é fundamental para que esse trabalho continue crescendo", reforça Salatiel.

Ele também deposita esperança na nova gestão municipal. "Na administração anterior, tivemos muitos problemas, como a extinção da Secretaria de Esportes e a paralisação dos Jogos Abertos. Agora, há uma promessa de retomada dessas iniciativas. Isso renova a nossa expectativa de que o esporte

será valorizado como merece."

O projeto, que já impacta centenas de crianças e adolescentes em Anápolis, mira em mais do que medalhas: quer formar cidadãos. "O esporte é uma ferramenta de transformação. Cada competição disputada, cada treino, cada conquista ou derrota faz parte da construção de um futuro melhor para esses meninos. Nosso sonho é que eles possam sonhar grande — e que a cidade sonhe junto com a gente."